



Anais da Assembléia

Nº 86

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 28 DE JUNHO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado DUÍLIO GENARI
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado CARLOS XAVIER SIMÕES
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 09:** José Colombino Grassano - Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 01:** Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário de Justiça e da Cidadania.
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

Atos da Presidência:

DECRETO LEGISLATIVO N° 001

Data: 17 de junho de 1993

SÚMULA: Autoriza o Governador do Estado a afastar-se do país, no período compreendido entre 21 a 28 do corrente mês e 10 a 20 de julho próximo, conforme especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1° - Fica autorizado o Sr. Roberto Requião, Governador do Estado, a ausentar-se do País entre os dias 21 a 28 do corrente mês e 10 a 20 de julho próximo, com destino aos Estados Unidos da América e ao Equador, respectivamente, para tratar de assuntos de interesse do Estado, bem como, atendendo convite, proferir conferência.

Art. 2° - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(a) ORLANDO PESSUTI - Presidente

LEI N° 10.332

DATA: 09 de junho de 1993.

SÚMULA: Corrige a redação do Art. 1°, da Lei n° 9183, de 08 de janeiro de 1990, que criou o município de Bom Sucesso do Sul.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7° do artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1° - Altera o traçado do polígono definidor das divisas territoriais do município de Bom Sucesso do Sul, constantes do Art. 1°, da Lei n° 9.183, de 08 de janeiro de 1990.

"Partindo do sentido Sul-Leste na localidade de Gramados e seguindo pela PR 469 até o trevo de acesso a Bom Sucesso do Sul, daí segue pelo acesso da PR 469 até o rio Vitorino, daí desce até alcançar a divisa de Itapejara D'Oeste, até o rio Santana, daí segue pelo rio Santana até o Arroio Elias, segue pelo Arroio Elias até uma estrada, daí segue pela divisa do município de Renascença até o rio Lamedor e seguindo pelo mesmo até o rio Vitorino, daí pelo rio Vitorino até o lageado das Cobras, segue por este até o seu entroncamento com a Estrada de Gramados, segue por esta até o ponto de partida".

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio XIX de Dezembro, em 09.06.93

(a) ORLANDO PESSUTI - Presidente

LEI N° 10.334

DATA: 22 de junho de 1993

SÚMULA: Autoriza a doação de terrenos que especifica para o Município de Francisco Beltrão.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7° do artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica autorizado o Governo do Estado do Paraná a doar para o município de Francisco Beltrão, os terrenos abaixo especificados.

I - LOTE URBANO N° 1

Quadra n° 218, com área superficial de 943,20 m² (novecentos e quarenta e três metros e vinte decímetros quadrados) com as benfeitorias nele existentes, localizado à Rua Tenente Camargo/esquina com a Rua Goiás, Bairro Nossa Senhora Aparecida, registrado sob o n° 8303, fls. n° 62, livro n° 3/G, data de 17/05/1972, 1° Ofício de Registro de Imóveis, havido pelo Estado do Paraná por Doação do Município de Francisco Beltrão, conforme transcrição no livro n° 36, fls. 166-v, data de 21.02.1978;

II - LOTE URBANO N° 2

Quadra n° 218, com área superficial de 944,00m² (novecentos e quarenta e quatro metros quadrados), localizado à Rua Tenente Camargo, esquina com Rua Minas Gerais/Bairro Nossa Senhora da Aparecida, Req. n° 4344. Livro 3-D, fls. 170, 19.3.68; havido pelo Estado do Paraná por doação de Maria Joana de Carneiro Lobo, através de escritura pública lavrada pelo 7° Tabelionato de Curitiba, Livro n° 346-N, fls. 95v.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio XIX de Dezembro, em 22.06.93

(a) ORLANDO PESSUTI - Presidente.

RESOLUÇÃO N° 005/93

DATA: 21 de junho de 1993.

SÚMULA: Aprova a Prestação de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, relativa ao Exercício Financeiro de 1992.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinada com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução.

Art. 1° - Fica aprovada a Prestação de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, relativa ao Exercício Financeiro de 1992.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio XIX de Dezembro, em 21.06.93

(a) ORLANDO PESSUTI - Presidente.

RESOLUÇÃO N° 006/93

DATA: 28 de junho de 1993.

SÚMULA: Aprova a prestação de contas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica aprovada a Prestação de Contas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, relativas ao Exercício Financeiro de 1990.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio XIX de Dezembro, em 28.06.93

(a) ORLANDO PESSUTI - Presidente.

LEI COMPLEMENTAR Nº 068/93

DATA: 22 de junho de 1993.

SÚMULA: Dispensa o estágio probatório o professor da Rede Pública Estadual detentor de um primeiro cargo de professor com estágio probatório já concluído.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º do artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º - Será dispensado do estágio probatório o professor da rede pública estadual detentor de um primeiro cargo de professor com estágio probatório já concluído.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio XIX de Dezembro, em 22.06.93

(a) ORLANDO PESSUTI - Presidente.

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA ATA DA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 1993

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Heinz Herwig e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iensen, José Alves, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona

Turra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Paulo Maia, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (46). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Colombino Grassano, Doutor Rosinha, Eurides Moura, João Preis, José Arthur Ritti, Mário Bezerra, Ovídio Constantino e Plauto Miró Guimarães (08).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 036/93

Curitiba, 24.06.93.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.775.579.000,00 (um bilhão, setecentos e setenta e cinco milhões, quinhentos e setenta e nove mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Universidade Estadual de Ponta Grossa, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, visando atender despesas de custeio necessárias à sua manutenção.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de superávit financeiro, apurado no balanço patrimonial da referida entidade, no exercício de 1992.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de Cr\$ 1.775.579.000,00 (um bilhão, setecentos e setenta e cinco milhões, quinhentos e se-

1992.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo II desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ACRESCIMO DA RECEITA		ANEXO II	FL. 01
ANEXO			Cr\$ 1.000,00
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR
	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA		
1990.05.50	Saldo de Exercicios Anteriores - Direta- mente Arrecadados	50	1.775.579
TOTAL			1.775.579

Curitiba, 24.06.93.

Senhor Presidente.

de Campo Mourão, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, visando atender despesas necessárias à manutenção da Faculdade.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de superávit financeiro, auferido no balanço patrimonial da referida Entidade, no exercício de 1992.

Certo de poder contar com a atenção
dessa egrégia Assembléa, reitero a Vossa

Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de Cr\$ 160.722.000,00 (cento e sessenta milhões, setecentos e vinte e dois mil cruzeiros), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de superávit financeiro, apurado no balanço patrimonial da Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão, do exercício de 1992.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo II desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO		A N E X O		FL. 01	
ANEXO				CRS 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA DA DESPESA	ILITIDIRI	VALOR	IN.DOI IPROCI ICOP
1200	ISECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIA	I	I I		I
	IE DO COMERCIO, ENSINO SUPERIOR,	I	I I		I
	ICIENCIA E TECNOLOGIA - ENTIDADES	I	I I		I
	IVINCULADAS	I	I I		I
	I	I	I I		I
1234	IFACULDADE ESTADUAL DE CIENCIAS E	I	I I		I
	ILETRAS DE CAMPO MOURAO	I	I I		I
2513	IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO	I	I I		I
	ICOLEGIO AGRICOLA DE CAMPO MOURAO	I 3132.01	I50ILI	70.722	I4532I
2514	IADMINISTRACAO E MANUTENCAO DO	I	I I		I
	IENSINO SUPERIOR EM CAMPO MOURAO	I 3132.02	I50ILI	30.000	I4532I
	I	I 3132.06	I50ILI	60.000	I4532I
T O T A L		I		160.722	I

ACRESCIMO DA RECEITA		ANEXO II ANEXO	FL. 01 Cr\$ 1.000,00
CODIGO	ESPECIFICACAO	ET	VALOR
	IFACULDADE ESTADUAL DE CIENCIAS E LETRAS DE CAMPO MOURAO		
1990.05.50	Saldo de Exercicios Anteriores - Direta- mente Arrecadados	50	160.722
TOTAL			160.722

A Diretoria Legislativa.

Curitiba, 24 de junho de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada
 consideração dessa egrégia Assembléia Le-
 gislativa anteprojeto de lei que aprova a
 abertura de crédito suplementar no valor
 de Cr\$ 1.618.378.000,00 (hum bilhão, seis-
 centos e dezoito milhões, trezentos e se-
 tenta e oito mil cruzeiros), ao vigente
 orçamento do Colégio Estadual do Paraná
 aprovado pela Lei Estadual n° 10.195, de
 15 de dezembro de 1992, visando atender
 despesas com manutenção da referida enti-
 dade.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes do excesso de arrecadação da própria entidade.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado em exercício

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de Cr\$ 1.618.378.000,00 (um bilhão, seiscentos e dezoito milhões, trezentos e setenta e oito mil cruzeiros), conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de excesso de arrecadação do Colégio Estadual do Paraná.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo II desta Lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO		A N E X O		FL. 01	
ANEXO				CR\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN. DO
		DA	IFTIDI		IPROCI
		IDESPESA	IRI		ICOP
3400	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO	I	I I I		I I
	I- ENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I I
	I	I	I I I		I I
3472	COLEGIO ESTADUAL DO PARANA	I	I I I		I I
2771	GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA	I	I I I		I I
	ADMINISTRATIVA E PROGRAMATICA DO	I	I I I		I I
	COLEGIO ESTADUAL DO PARANA	I	3120.00I50ILI	500.000	I4435I
	I	I	3132.08I50ILI	500.000	I4435I
	I	I	4120.00I50ILI	618.378	I4435I
TOTAL		I		1.618.378	I

ACRESCIMO DA RECEITA		ANEXO II ANEXO	FL. 01 Cr\$ 1.000,00
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR
	COLEGIO ESTADUAL DO PARANA		
1392.99.00	Rendimentos sobre Recursos Diversos	50	1.618.378

A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OF. N° 1240/93

Curitiba, 24 de junho de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, em anexo, anteprojeto de lei que reajusta o vencimento básico mensal dos cargos de Procurador Geral, Auditores e Procuradores do Estado junto a este Tribunal de Contas, em julho de 1993.

Nesta oportunidade, reitero a Vossa Excelência a segurança do meu distinto e elevado apreço.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA

Presidente em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica o Tribunal de Contas autorizado a reajustar, no mês de julho de 1993, o vencimento básico mensal do cargo de Procurador Geral do Estado junto ao Tribunal, até o limite do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado nos dois meses anteriores.

Art. 2° - Fica também, o Tribunal de Contas autorizado a reajustar, no mês de julho de 1993, o vencimento básico mensal dos cargos de Auditor e Procurador do Estado junto ao Tribunal, até o limite do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado nos dois meses anteriores.

Art. 3° - O Tribunal de Contas fixará, mediante ato da Presidência, as tabelas de vencimentos relativas a presente lei.

Art. 4° - As despesas resultantes da execução desta lei correrão à conta das dotações consignadas no orçamento próprio do Tribunal.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros nela estabelecidos, mantidas as demais disposições da Lei n° 10.092, de 05 de outubro de 1992.

À Diretoria Legislativa.

OF. N° 1241/93

Curitiba, 24 de junho de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., em anexo, Anteprojeto de Lei que reajusta o vencimento básico mensal do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas, em julho de 1993.

Nesta oportunidade, reitero a V. Exa. a segurança do meu distinto e elevado apreço.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA

Presidente em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica o Tribunal de Contas autorizado a reajustar, no mês de julho de 1993, o vencimento básico mensal do cargo de Conselheiro do Tribunal, até o limite do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado nos dois meses anteriores.

Art. 2° - O Tribunal de Contas fixará, mediante ato da Presidência, o vencimento básico mensal relativo a presente lei.

Art. 3° - As despesas decorrentes desta lei, correrão à conta do orçamento próprio do Tribunal.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros nela estabelecidos, mantidas as demais disposições constantes da Lei n° 10.091, de 05 de outubro de 1992.

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2252

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 213/93, que visa declarar de Utilidade Pública a "Associação Coro Itálico do Paraná", com sede e foro nesta cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.06.93

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 2287

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 256/93, que cria 03 (três) cargos de provimento efetivo de Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas.

Sala das Sessões, em 28.06.93.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 2251

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia, na próxima Sessão o Projeto de Lei n° 213/93, devido estar em Regime de Urgência, e ter Parecer Favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em 28.06.93.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 2296

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições estatutárias, após

ouvido o Plenário, REQUER, a inclusão na Ordem do Dia, de 29/06/93, tão somente do Projeto de Lei Complementar nº 044/91, com base no artigo 185 do Regimento Interno.

O projeto dispõe sobre o Serviço Público de Transportes Coletivos Intermunicipais e atende ao exigido no artigo 185 do Regimento Interno da Casa, pois não refere-se a abertura de crédito ou despesa para o erário.

Sala das Sessões, em 28.06.93.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A proposição é justa para o povo do Paraná. Nossos insistentes pedidos de urgência não são cumpridos e a demora não beneficia o povo.

Solicitamos aos nobres Pares o atendimento a esse requerimento, para que possamos dar ao Paraná o melhor sistema de transporte.

REQUERIMENTO N° 2253

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 28.06.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 2277

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a comunicação a esta Casa de Leis, de minha filiação ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Sala das Sessões, em 28.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2290

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, na forma regimental, considerando que é dever da União e dos Estados a proteção e a defesa da saúde, por preceito constitucional e que, segundo o Código Penal Brasileiro, é crime contra a saúde pública:

"Art. 271 - Corromper ou poluir água potável de uso comum ou particular, tornando-a imprópria para consumo ou nociva à saúde."

Vem, através do presente, denunciar que os rios Piraquara e Irai, que fornecem água potável à população (80%) da Região Metropolitana de Curitiba, vêm sendo con-

taminados pelo lançamento de lixo hospitalar, animais mortos, detritos industriais e de outras espécies.

A denúncia em questão poderá ser comprovada na chegada das águas às estações de captação da SANEPAR localizadas no Município de Pinhais.

Diante do exposto, que se constitui em grave ameaça à saúde da população servida pela água oriunda daqueles rios, REQUER-SE o encaminhamento do presente à Promotoria de Defesa do Meio Ambiente, à SANEPAR, à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e à Prefeitura de Pinhais, para conhecimento e medidas urgentes.

Sala das Sessões, em 28.06.93.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2250

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido nos Anais desta Casa, votos de profundo pesar pelo falecimento do Doutor AMÉRICO FAUSTINO DE CARVALHO, ocorrido no dia 26 de junho do corrente, às 16:00 horas, na cidade de Jaguariaíva- Pr.

O Doutor Américo Faustino de Carvalho era antigo e dedicado médico da cidade, com grande clientela. Político, foi vereador na legislatura de 1977 a 1983, ocasião em que exerceu a Presidência da Câmara Municipal.

Irmão do nobre colega Deputado Domingos Faustino de Carvalho, o Doutor Américo deixou viúva a Senhora Helena de Carvalho e três filhos solteiros: André, Alina e Marina.

Pela grandeza do homem público e do médico humano e solidário, o Doutor Américo deixa uma lacuna e uma imensa saudade, não só nos corações de seus familiares, como também de todos os seus amigos, pacientes e pessoas que o conheceram.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família, enviando votos de profundo pesar para a residência, sito à Rua do Expedicionário, s/nº, Jaguariaíva/PR.

Sala das Sessões, em 28.06.93.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 2257

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor NOEMI DOS SANTOS DE QUADROS, e que seja dado conhecimento desta proposição à família, na pessoa de seu pai, Senhor Antônio Martins de Quadros.

Sala das Sessões, em 28.06.93.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Foi com profundo pesar que o Município de Chopinzinho recebeu a triste notícia do trágico passamento do jovem Noemi dos Santos de Quadros, ocorrido prematuramente, em virtude de acidente automobilístico.

Pertencente a família tradicional de Chopinzinho, era muito querido naquela sociedade e seu falecimento deixará eterna saudade.

REQUERIMENTO N° 2267

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado votos de pesar a Senhora HELENA TUMA CARVALHO, pelo falecimento de seu esposo, Doutor AMÉRICO FAUSTINO CARVALHO, irmão de nosso companheiro Deputado Domingos Faustino Carvalho, ocorrido no último dia 26.06.93.

Nasceu na cidade de Sertãoópolis em 19.11.1944. Exerceu a profissão da medicina por mais de 20 (vinte) anos, na cidade de Jaguariaíva, onde era muito querido e estimado, tendo sido vereador naquele município, eleito pelo voto popular.

Sala das Sessões, em 28.06.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2292

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulação à UNIMED, que comemorou 15 anos de existência na cidade de Ponta Grossa.

A UNIMED possui cerca de 190 cooperados, 50 empregados conveniados, mais de 35 mil usuários e 25 hospitais e laboratórios credenciados.

A partir de 1986, quando foi instalada em uma nova sede, a UNIMED passou por uma reestruturação administrativa e física, que a transformou em uma empresa dinâmica e moderna, que faz da qualidade de seus serviços o meio de satisfação de sua clientela.

Sala das Sessões, em 28.06.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2293

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulação à Clínica Ponta-grossense de Fraturas e Ortopedia, que comemora 25 anos de trabalho na

cidade de Ponta Grossa.

Esta Clínica possui uma equipe de profissionais de alto nível, que desempenham um trabalho qualificado, atendendo não somente pacientes de Ponta Grossa, mas também de toda a região dos Campos Gerais.

Em 25 anos de existência a Clínica já atendeu cerca de cem mil pessoas, sempre com o mesmo serviço qualificado.

Sala das Sessões, em 28.06.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2295

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido um voto de congratulação a "América Ponta-grossense Futebol Clube", pelos seus 55 anos de glória.

O América vem alcançando uma série de vitórias e principalmente nos últimos 10 anos, tornou-se um "bicho-papão". Esse desenvolvimento alcançado na década de 80, deve-se ao fato do trabalho intenso desenvolvido pelos presidentes que antecederam Valmir Magagnin, na direção do Clube, entre os quais, Inácio Borato, Valter Fernandes, Odir José Denck, José R. Mudrev, Ary D. de Freitas, Bruno Misisak, e de uma série de diretores altamente abnegados, entre eles, Álvaro Degraf, Hélio Baldikoski, Paulo R. Fernandes, Ciro Delinski, Eliseu Baier, Álvaro Andrade, Vivaldo Sassi, Antônio C. Teixeira, Nelson Penteado, Divonzir Lamóglia, Mauro Cazini, Moisés Swich, Diulmar R. de Oliveira Nunes, Luiz C. Macedo Filho, Darci I. do Nascimento, Ariovaldo de Souza, Alvadir C. dos Santos, Altamir Rodrigues, João Bardal, Constantino R. de O. Júnior, entre tantos outros, muitos dos quais estão até hoje ao lado do atual presidente.

A atual Diretoria do América está composta pelo Presidente Valmir Magagnin; Vice, Eloi Pedrinho; 1° Secretário, Vitório Basso; 2° Secretário, Eliseu V. Baier; 1° Diretor Financeiro, Antônio A. G. de Oliveira; 2° Diretor Financeiro, Nelson O. Tramontin; Diretor Social, Paulo R. Volpi; Diretor de Relações Públicas, Jauri M. Amaral; Diretor de Esportes, Altair E. do Nascimento; e Diretor de Patrimônio, Antônio C. Teixeira.

Sala das Sessões, em 28.06.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2289

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental:

CONSIDERANDO que os rios que nascem no Município de Piraquara: Iraí, Palmital, Itaquí, Piraquara, Irazinho e Atuba, pos-

suem importância vital para o Estado do Paraná, pois fornecem 80 por cento da água que abastece a Grande Curitiba, além de formarem a Bacia do Iguaçu;

CONSIDERANDO que os mesmos rios encontram-se em estado de degradação considerável - alguns totalmente poluídos - pela ação humana através do lançamento de toda espécie de dejetos e invasão de suas margens;

CONSIDERANDO que a SANEPAR gasta quantias enormes de recursos financeiros para dar, à água captada desses rios, condições de uso pela população;

CONSIDERANDO que os problemas advindos da poluição desses rios poderão ser evitados através de uma fiscalização rigorosa;

CONSIDERANDO que os municípios brasileiros enfrentam hoje dificuldades enormes de sobrevivência e que os Municípios de Pinhais e Piraquara, em razão do recente desmembramento do primeiro, carecem, ambos, de recursos para proceder a necessária fiscalização;

SUGERE-SE: a celebração de convênio entre a SANEPAR e os Municípios de Pinhais e Piraquara, para fiscalização das margens dos rios das áreas de mananciais, de forma que possa a água chegar às estações de captação em níveis baixos de turbidez, evitando gastos à mesma. No convênio sugerido, a SANEPAR entrará com os recursos e o município com a realização da fiscalização.

O resultado de uma fiscalização, nos moldes ora sugeridos, será altamente compensadora para o Estado, Municípios de Pinhais e Piraquara e população da Região Metropolitana de Curitiba, além de contribuir para preservação dos mananciais e defesa e preservação ambiental em geral.

Requer-se ainda que deste encaminhe-se cópia do Governo do Estado, à SANEPAR, à Secretaria do Meio Ambiente, aos Prefeitos de Pinhais e de Piraquara e as Câmaras Municipais dos dois Municípios.

Sala das Sessões, em 28.06.93.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2254

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso das atribuições que o Regimento permite, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que se faça o registro em ata dos trabalhos desta Sessão, de voto de louvor, muito aplauso e congratulações ao Sindicato do Comércio Varejista de Flores e Plantas de Curitiba e Região Metropolitana, na pessoa de seu Presidente, Empresário Francisco Macedo Machado, pela criação da Entidade, eleição e posse de sua diretoria, triênio 1993/1996.

Entendemos que a organização do Sindicato irá trazer maiores benefícios a clas-

se e principalmente, por presidida, comandada pelo empresário Francisco Macedo Machado, homem íntegro, sério, trabalhador e grande líder do setor, que empresta o brilho de sua competência nesta importante caminhada!

Sala das Sessões, em 28.06.93

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2255

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento na Escola Municipal Theodoro de Bona, localizada à Rua Comendador Zake Sabbag s/n° - Bairro do Atuba.

O pedido foi feito pelos pais de alunos, uma vez que em frente à escola há muito mato, o qual está servindo de esconderijo para desocupados, deixando as crianças com medo de serem atacadas pelos mesmos.

Pedem urgência no atendimento, antes que algum acontecimento grave venha ocorrer.

Sala das Sessões, em 28.06.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2258

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Saúde, Nizan Pereira de Almeida, solicitando maiores informações e explicações a respeito das denúncias feitas pelos servidores do Instituto de Saúde do Paraná, no Hospital Regional de São Sebastião, localizado no Município da Lapa, conforme documentação em anexo.

Sala das Sessões, em 28.06.93.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

Tais informações e explicações, se fazem necessárias devido ao comportamento irregular dos diretores do Hospital Regional de São Sebastião, o que comprova a necessidade de afastamento dos cargos que ocupam até que se regularizem as condições de funcionamento do hospital, bem como a ocupação dos leitos vagos quando, na situação em que se encontra o país, muitas pessoas ficam sem atendimento médico por falta de leitos nos hospitais.

REQUERIMENTO N° 2258-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente em caráter de urgência, de um Convite ao Capitão Nelson Pessoa Martinelli, Capitão dos Portos do Estado do Paraná, para que o mesmo esteja em nosso Plenário após a Ordem do Dia, da próxima quarta-feira dia 30/07, para explicar a situação do Canal da Galheta.

Sala das Sessões, em 28.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A situação dos Portos de Paranaquá e Antonina, em termos econômicos, é constrangedora e preocupante, em função da diminuição do calado de 37 para 32 pés, na movimentação de navios. Se de um lado a Justiça Federal, está concedendo liminar a Mandado de Segurança em cada caso específico, não é essa a melhor que ouvimos às explicações legais do Capitão dos Portos do Estado do Paraná, Capitão Nelson Pessoa Martinelli, e por essa razão solicitamos sua presença nesta Casa de Leis, através de um convite em caráter de emergência, para que esteja aqui, na próxima quarta-feira dia 30, após a Ordem do Dia.

REQUERIMENTO N° 2263

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Nizan Pereira, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de recursos financeiros do ISEP, para aquisição de uma ambulância ao Município de Corumbataí do Sul.

Sala das Sessões, em 28.06.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2264

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Nizan Pereira, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de recursos financeiros do ISEP, para aquisição de uma ambulância ao Município de Teixeira Soares.

Sala das Sessões, em 28.06.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2265

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Nizan Pereira, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de recursos financeiros do ISEP, para aquisição de uma ambulância ao

Município de Inácio Martins.

Sala das Sessões, em 28.06.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2266

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Segurança Pública, Moacir Favetti, solicitando a liberação de uma viatura policial para o Município de Quinta do Sol.

Com a aquisição do equipamento ora em pauta, os policiais do Município postulante terão uma ação policial muito mais efetiva no combate à criminalidade local.

Por certo, a municipalidade ficará muito mais tranqüila no que concerne à Segurança Pública, se o solicitado for atendido.

Sala das Sessões, em 28.06.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 2271

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Professor Elias Abrahão, Digníssimo Secretário de Estado da Educação, no sentido de que seja determinado a doação e distribuição de aparelhos de vídeo-cassete e televisores para as Escolas Estaduais do Município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 28.06.93

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 2272

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Professor Elias Abrahão, Digníssimo Secretário de Estado da Educação, no sentido de que seja determinado a doação e distribuição de aparelhos de vídeo-cassete e televisores para as Escolas Estaduais do Município de Iporã.

Sala das Sessões, em 28.06.93

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 2273

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Professor Elias Abrahão, Digníssimo Secretário de Estado da Educação, no sentido de que seja determinado a doação e distribuição de aparelhos de vídeo-cassete e tele-

visores para as Escolas Estaduais do Município de Alto Piquiri.

Sala das Sessões, em 28.06.93

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 2274

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Luiz Claudio Romanelli, Digníssimo Secretário de Estado da Política Habitacional - COHAPAR, no sentido de que seja determinado a inclusão do município de Cafetal do Sul, no Programa de construção de casas de madeira, com repasse de 100 Kits/unidades habitacionais.

Sala das Sessões, em 28.06.93

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O déficit habitacional é notório em qualquer município do Brasil. Ele ocorre nas capitais, nas cidades de porte médio e até nos municípios menos populosos, pois à medida que encarece os custos da construção civil, inviabiliza o acesso às famílias mais carentes da nossa população.

Os mecanismos encontrados pelo Governo do Estado do Paraná em reduzir os custos e oferecer casas populares a baixo custo são ações que possuem maior alcance social dentro das atividades governamentais.

Dentre esses mecanismos, surge agora o Programa de Construção de Casas de Madeira, cuja reivindicação, é a que mais se adequa aos municípios de minha região. Portanto solicito a inclusão do município acima citado dentro dessa programação.

REQUERIMENTO N° 2276

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Luiz Claudio Romanelli, Digníssimo Secretário de Estado da Política Habitacional - COHAPAR, no sentido de que seja determinado a inclusão do município de Ivaté, no Programa de construção de casas de madeira, com repasse de 100 Kits/unidades habitacionais, sendo 70 unidades na sede e 30 unidades no Distrito de Herculândia.

Sala das Sessões, em 28.06.93

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O déficit habitacional é notório em qualquer município do Brasil. Ele ocorre nas capitais, nas cidades de porte médio e até nos municípios menos populosos, pois à medida que encarece os custos da construção civil, inviabiliza o acesso às famílias mais carentes da nossa população.

Os mecanismos encontrados pelo Governo do Estado do Paraná em reduzir os custos e oferecer casas populares a baixo custo são ações que possuem maior alcance social dentro das atividades governamentais.

Dentre esses mecanismos, surge agora o Programa de Construção de Casas de Madeira, cuja reivindicação, é a que mais se adequa aos municípios de minha região. Portanto solicito a inclusão do município acima citado dentro dessa programação.

REQUERIMENTO N° 2275

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Deputado José Durval do Amaral, Digníssimo Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, no sentido de que seja determinado a inclusão do município de Eng. Beltrão no Projeto Clube do Irmão Caçula.

Sala das Sessões, em 28.06.93

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A criança, felizmente, está sendo alvo de preocupação pelas autoridades governamental e política do nosso País, em especial no Paraná, onde o Governo Requião, através da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social, tem elaborado e colocado em execução vários programas com esse objetivo.

Um desses programas, o Projeto Clube do Irmão Caçula é que gostaríamos que fosse implantado nos municípios de nossa região, uma vez que são graves os problemas com o menor, são muitas as famílias carentes oriundas do campo que habitando as periferias da cidade têm suas crianças em completo abandono.

Cabe a urgente intervenção do Governo, que numa ação integrada com os órgãos municipais propiciem melhores condições de vida para essas crianças.

REQUERIMENTO N° 2278

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Rural Estadual Praia de Leste, no Município de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 28.06.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2279

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Rural Estadual Pontal do Sul, no Município de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 28.06.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2280

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Maurício Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para melhoramentos na Escola Rural Estadual José de Anchieta, no Município de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 28.06.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2281

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Maurício Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de Recursos para melhoramentos na Escola Rural Estadual Novo Mundo, no Município de Morretes.

Sala das Sessões, em 28.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 2282

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Doutor Maurício Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para a ampliação da Escola Municipal Professor Dário Teixeira, no Município de Antonina - PR.

Sala das Sessões, em 28.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A Educação é fator essencial no desenvolvimento dos municípios, por essa razão a Prefeitura Municipal de Antonina, está preocupada em melhor adaptar os estabelecimentos da rede municipal, e com os poucos recursos que tem, vem realizando o trabalho de ampliação, oferecendo sempre o aumento de vagas para os educandos.

Nesse sentido, solicitamos que seja enviado um expediente ao Excelentíssimo Doutor Maurício Requião de Mello e Silva,

no sentido que estude as possibilidades de liberar recursos à Prefeitura Municipal de Antonina, para a ampliação da Escola Municipal Professor Dário Teixeira, na localidade de Faisqueirinha, no Município de Antonina, cujos trabalhos já estão em andamento.

REQUERIMENTO N° 2285

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Doutor Maurício Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para a ampliação da Escola Municipal Professor Olímpio Breyer, no Município de Antonina - PR.

Sala das Sessões, em 28.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A Educação é fator essencial no desenvolvimento dos municípios, por essa razão a Prefeitura Municipal de Antonina, está preocupada em melhor adaptar os estabelecimentos da rede municipal, e com os poucos recursos que tem, vem realizando o trabalho de ampliação, oferecendo sempre o aumento de vagas para os educandos.

Nesse sentido, solicitamos que seja enviado um expediente ao Excelentíssimo Doutor Maurício Requião de Mello e Silva, no sentido que estude as possibilidades de liberar recursos à Prefeitura Municipal de Antonina, para a ampliação da Escola Municipal Professor Olímpio Breyer, na localidade de Cachoeira, no Município de Antonina, cujos trabalhos já estão em andamento.

REQUERIMENTO N° 2284

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Doutor Maurício Requião de Mello e Silva, Digníssimo Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para a ampliação da Escola Municipal Professor Ernani Zenith Matigão, no Município de Antonina - PR.

Sala das Sessões, em 28.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A Educação é fator essencial no desenvolvimento dos municípios, por essa razão a Prefeitura Municipal de Antonina, está preocupada em melhor adaptar os estabelecimentos da rede municipal, e com os poucos recursos que tem, vem realizando o trabalho de ampliação, oferecendo sempre o aumento de vagas para os educandos.

Nesse sentido, solicitamos que seja

enviado um expediente ao Excelentíssimo Doutor Maurício Requião de Mello e Silva, no sentido que estude as possibilidades de liberar recursos à Prefeitura Municipal de Antonina, para a ampliação da Escola Municipal Professor Ernani Zenith Matigão, na localidade de Cedro, no Município de Antonina, cujos trabalhos já estão em andamento.

REQUERIMENTO N° 2283

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Maurício Requião de Mello e Silva, Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos para a ampliação da Escola Municipal Professora Leopoldina Belém dos Passos, no Município de Antonina - PR.

Sala das Sessões, em 28.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Os aumentos constantes da população educacional obriga os municípios a realizarem ampliações nos estabelecimentos escolares, fato que também deve ocorrer em relação ao Governo Estadual.

Dentro desse aspecto, a Prefeitura Municipal de Antonina, com muito sacrifício, está realizando a ampliação de alguns estabelecimentos de ensino, porém, não tem os recursos suficientes para continuar com esse programa de obras, e como opção natural e legal está solicitando ao Governo Estadual a alocação de recursos, e por isso pedimos que seja enviado um documento ao Doutor Maurício Requião de Mello e Silva, Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros para a ampliação da Escola Municipal Professora Leopoldina Belém Passos, localizada na localidade de Mergulhão, Município de Antonina.

REQUERIMENTO N° 2286

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a Senhora Elizete Rizental, Presidente da Sociedade Amigos da Música, em Paranaguá, pelo 38° Aniversário do referido sodalício.

Sala das Sessões, em 28.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Na vida cultural do Município de Paranaguá, desde sua fundação há 38 anos passados, a Sociedade Amigos da Música, tem tido excelente participação na vida social, valorizando, sobremaneira, as mais diferentes pessoas que, fazem da música

uma ação de lazer com instrumentos musicais variados, e ainda também, são vocalistas. Registra-se que, para tristeza dos associados, não estão mais na listagem das fundadoras as Senhoras Aracy Staniscia e Malvina Barletta Cordeiro, essa última, ex-Presidente que dedicou sua vida inteira à música e difusão da mesma.

O tempo passou, restam poucos fundadores, e na atualidade, as reuniões dessa entidade, acompanham a modernização dos anos 90. Ressaltando-se que, em todas as solenidades que a entidade foi convocada para dar a sua contribuição, esteve presente.

Por essa razão, quando comemorou os 38 (trinta e oito) anos de atividades, a data merece o nosso registro e a nossa satisfação, especialmente pela contribuição imensa dada na difusão da música do Patrocinador da entidade, o renomado musicólogo, musicista que tantas glórias deu ao Paraná e ao Brasil, José Itiberê de Lima (Cazuza), que com seu brilho eterno, continua transmitindo e irradiando novas luzes para os que estão na Sociedade de Amigos da Música de Paranaguá.

Solicitamos que seja enviado um expediente à Senhora Elizete Rizental, Presidente da Sociedade Amigos da Música de Paranaguá, à Rua Marechal Deodoro, 251 - C. Histórico - CEP 83.203-040 - Paranaguá - Paraná, cumprimentando todos os componentes pelos 38 anos de vida e almejando que continuem sempre nessa caminhada de sucesso.

REQUERIMENTO N° 2294

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando auxílio financeiro para as obras de construção e ampliação do Quartel Central do Corpo de Bombeiros e a construção de uma trincheira de passagem sob a BR-376, ligação do Parque D. Pedro II, com as Vilas São Miguel e Madalena, através da Rua José Lins do Rego, na Cidade de Ponta Grossa.

Trata-se de um assunto de interesse não somente deste município, mas também de toda a região dos Campos Gerais.

Sala das Sessões, em 28.06.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 2291

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, na forma regimental, e com base no art. 90, V, da Constituição do Estado do Paraná, REQUER, a Vossa Excelência o encaminhamento, ao

Senhor Secretário de Estado da Administração, do seguinte Pedido de Informações: CONSIDERANDO que o Governo do Estado colocou o valor do salário atribuído ao cargo de Secretário de Estado, como redutor para o salário do funcionalismo público estadual; CONSIDERANDO o "salário bruto" como a soma de todos os pagamentos que o Estado faz ao funcionário; pergunta-se:

- 1 - O redutor é descontado do salário bruto (integral) devido ao servidor?
- 2 - De que forma é contabilizada a retirada do Orçamento, dos valores pagos como salário ao funcionalismo público?
- 3 - E a diferença gerada pela aplicação do redutor? Como é contabilizada e onde é aplicada?
- 4 - Os descontos, como IPE, pensão judicial, seguros, etc, são feitos do salário bruto do funcionário, ou do salário resultante do redutor?

Sala das Sessões, em 28.06.93

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 2256

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inscrição nos anais desta Casa, dos documentos em anexo, os quais se fundamentam em pedido para que seja agilizada esta pendência política e jurídica entre os Poderes do Estado, documentos estes de total isenção e imparcialidade.

Sala das Sessões, em 28.06.93.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO N° 2268

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, dos pronunciamentos do Dr. Arthur Claudino dos Santos e Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, proferidos por ocasião da solenidade de entrega dos títulos de Personalidade "AECIC", ocorrida no dia 23 próximo passado.

Sala das Sessões, em 28.06.93

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO N° 2288

Senhor Presidente.

O Deputado, autor do presente adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos Anais do Poder Legislativo do Estado no Paraná o pronunciamento do Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, proferido por ocasião da solenidade de entrega do Prêmio AECIC de 1992.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Dr. Francisco Cunha Pereira Filho e ao Presidente da Associação das Empresas da

Cidade Industrial de Curitiba.

Sala das Sessões, em 28.06.93.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Em movimentada solenidade realizada no Country Club, nesta Capital, na semana passada, a Associação das Empresas da Cidade Industrial de Curitiba entregou o Prêmio "Personalidade AECIC 1992" ao jornalista Francisco Cunha Pereira Filho.

A homenagem justifica-se plenamente pela brilhante atuação daquele jornalista na defesa dos interesses do Estado do Paraná. São, de importante destaque, as campanhas patrocinadas pelo grupo de comunicação dirigido pelo Dr. Francisco Cunha Pereira Filho: conservação do solo, exploração do xisto em São Mateus do Sul; alfabetização; ampliação da Biblioteca Pública do Pr; construção do Centro de Convenções; instalação do Centro de Tecnologia Metal-Mecânica no acordo Brasil/Japão; criação de um pólo avançado de informática, transformado, hoje, no CITPAR; construção da 2.^a linha de estrada de ferro Curitiba-Paranaguá; reparação dos danos causados por alagamentos para construção de hidrelétricas; presença de paranaenses nas grandes decisões nacionais; inteligência, integridade e cultura de nossa grande terra aproveitadas nos tribunais superiores do país; contra o separatismo; combate à miséria e estímulo à criação de mais empregos, entre outras.

O papel do jornal Gazeta do Povo e da TV Paranaense, nessas questões, foram de vital importância para o Paraná e, por esta razão, deve a Assembléia Legislativa associar-se às manifestações pela homenagem ao Dr. Francisco Cunha Pereira Filho promovida pela AECIC.

E fazer constar, em nossos Anais, o pronunciamento do ilustre jornalista é trazer para os registros legislativos as palavras inteligentes e sensíveis de um dos maiores empresários do Paraná, comprometido seriamente com os problemas sociais do nosso Estado e do Brasil.

E isso Dr. Francisco Cunha reafirma, mais uma vez em seu pronunciamento, clamando-nos para a campanha contra a miséria e o desemprego que assombram o país: "Parece oportuno fazer um apelo para que todos passemos a meditar seriamente sobre o grave tema. Para que levemos a todas as classes, principalmente às mais ricas e às mais poderosas a idéia de que "A Miséria Tem Que Ser Considerada um Escândalo" e a salvação é a parceria compenetrada de toda a comunidade num gigantesco esforço."

Por essa coerência, por essa lucidez, pela corajosa disposição de colocar-se e manter-se a serviço dos interesses do Paraná e da sua população é que queremos ver

registradas as palavras de Francisco Cunha Pereira Filho nos Anais deste Poder Legislativo.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 309/93
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, "post-mortem", a Giuseppe Garibaldi.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.06.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Giuseppe Garibaldi nasceu em Nice, na França, em 04.07.1807.

Patriota, libertador e revolucionário italiano, cognominado "O Herói de Dois Mundos".

Maçom, filho de um marinheiro de origem genovesa, entrou para a marinha mercante da Sardenha, comandando uma brigada em 1830, e fazendo numerosas viagens.

Aderiu, em 1833, ao movimento "Jovem Itália", de Mazzini. Por volta desta época, envolveu-se em uma conspiração que visava lutar contra o despotismo reinante.

Encontrou-se, então, comprometido com a sublevação de Gênova em 1834, e fugiu para o território francês, enquanto a sua condenação à morte era publicada na Itália.

Foi assim que veio para o território brasileiro.

Em 1836 recebeu um comando do general farroupilha Bento Gonçalves, dando continuidade, aqui, à luta por seus ideais revolucionários. Sua bravura e espírito destemido até hoje permanecem como Lenda por todos os lugares em que passou.

Já em 1838, conheceu Ana Ribeiro da Silva, Anita Garibaldi, com quem juntou-se ao ser proclamada a República Juliana, por ocasião da Revolução Farroupilha.

Anita foi a notável mulher que, durante anos, acompanhou nas suas campanhas, e com quem fugiu para Montevidéu em 1840.

No Uruguai formou a "Legião Italiana" para lutar contra os chamados blancos de Rosas.

Ao receber a notícia da sublevação da Itália-do-Norte contra a Áustria, em 1848, tratou imediatamente de partir para a Europa, a fim de participar na luta ao lado dos seus conterrâneos liberais, formando, no Piemonte, um exército de voluntários.

Aderiu depois ao Governo Revolucionário em Roma, defendendo a cidade das forças francesas, em junho e julho de 1849.

Era uma árdua retirada através de distritos ocupados por forças austríacas, navegou com sua heróica esposa em um pequeno barco de pesca em direção a Veneza. Percebendo que estavam sendo perseguidos por navios austríacos foram para terra firme em um local ermo. Exausta pelos perigos e esforços da fuga, Anita expira nos braços do marido, deixando com ele as tantas lembranças da companhia fiel na vida afetiva e ideária.

Giuseppe chega, por fim à Gênova, onde embarcou para Tunes. Exilou-se, depois, em Staten Island, nos Estados Unidos, e retornou à América do Sul, comandando um navio mercante na costa do Pacífico.

Voltou para a Itália em 1854, para morar na Ilha de Caprera, perto da Sardenha.

Quando, em 1859, estourou a guerra com a Áustria, assumiu o comando da brigada dos "Caçadores dos Alpes", derrotando o inimigo em uma série de batalhas.

Em 1860, organizou a expedição dos "mil camisas vermelhas", que na verdade se tratavam de 1089 combatentes, para conquistar o Reino de Nápoles.

Desembarcou em maio do mesmo ano em Marsala, na Sicília, e quatro dias depois, derrotou o exército inimigo em Calatafimi.

Em setembro entrou em Nápoles e no mês seguinte destruiu o resto das tropas dos Bourbons em Voltorno.

Voltou à política como Deputado, em 1861, porém, retornando à antiga perseguição ideológica que sofrera anteriormente, fora aprisionado quando marchava sobre Roma. Libertou-se, graças a um decreto de anistia.

Em 1864 foi recebido entusiasticamente em Londres.

Quando, em 1866, estourou a guerra contra a Áustria, comandou no Tirol um exército de 35.000 voluntários, vencendo 6 batalhas em 17 dias.

Retornou à sua casa em Caprera, e só voltou a combater em 1870, quando derrotou os alemães em Chatillon, Autun e Dijon.

Foi eleito Deputado pelo parlamento francês, mas abandonou o mandato para, em 1874, ser eleito Deputado por Roma.

Passou o restante de sua vida pregando os ideais revolucionários pelos quais tanto lutara, e só aceitou receber uma pensão do Governo quando, em 1876, subiu ao poder um gabinete de esquerda.

Com Mazzini e Cavour fez a unificação da Itália, e por esta razão é considerado seu Grande Libertador.

Giuseppe Garibaldi ficou conhecido por seu espírito destemido, por seu ímpeto libertário, e por ter se firmado como um dos maiores mestres na história da estratégia militar revolucionária de todos os tempos.

PROJETO DE LEI N° 310/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a A.P.M.I. - Associação de Proteção a Maternidade e à Infância de Imbituva, com sede e foro no mesmo Município.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 28.06.93

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

A A.P.M.I. de Imbituva é uma entidade sem fins lucrativos, criada em 31.07.79, e tem por objetivo atender crianças de 02 a 06 anos, proporcionando uma maior interação, socialização, alimentação, educação e lazer, dando condições aos pais de trabalhar para o auto-sustento, além das crianças, assiste a mais de 94 idosas, que desenvolvem trabalhos manuais, confecção de acolchoados, permitindo a reinteração dos mesmos entre si e a comunidade. É entidade dotada de personalidade jurídica e que, há anos, vem desenvolvendo importante papel na vida social dos menos favorecidos.

PROJETO DE LEI N° 311/93

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1 - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação Dignidade - Grupo de Conscientização e Emancipação Homossexual - AD", com sede e foro em Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.06.93

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A entidade, que se pretende seja declarada de Utilidade Pública, é responsável por atividades, em conjunto com organismos oficiais, não-oficiais e individualmente, que objetivam a conscientização popular quanto a um problema que atingiu proporções catastróficas e que, inexistindo solução adequada, só pode ser enfrentado através de medidas preventivas, de educação e de esclarecimento, para que suas consequências possam ser minoradas.

Reconhecidamente, enquadra-se a AD nesta conta, uma vez que, desde sua fundação vem demonstrando, com medidas práticas, sua colaboração no sentido do enfrentamento lógico e racional da questão.

Fundada em 14 de março de 1992, tem seus Estatutos devidamente registrados, e

verifica-se, no art. 29, "caput", que não remunera os cargos de sua Diretoria. Em anexo, além do relatório de atividades, encontra-se farta documentação atestatória de suas ações.

Assim sendo, solicitamos o apoio e consequente aprovação, por parte desta Casa de Leis.

"Ofício 560/93/GS

Curitiba, 14 de maio de 1993

Senhor Presidente.

Pelo presente encaminhamos a Vossa Excelência solicitação do Grupo Dignidade para que essa entidade seja declarada de Utilidade Pública pela ALE.

Informamos, outrossim, que o Grupo Dignidade tem desenvolvido trabalhos mentórios e valiosos em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, relacionados a Prevenção e Controle da AIDS em nosso Estado.

Na oportunidade apresentamos protestos de estima e consideração.

NIZAN PEREIRA

Secretário da Saúde do Paraná

Excelentíssimo Senhor

Deputado Orlando Pessuti

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

NESTA CAPITAL"

PROJETO DE LEI N° 312/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica do Poder Executivo autorizado a doar, ao Município de Santo Inácio/PR, terrenos n°s 09 com 483m², n° 10 com 455m², n° 11 com 455m², n° 12 com 455m² e n° 14 com 455m², localizados na Quadra de n° 10, da Vila Governador Munhoz da Rocha, Município de Santo Inácio, anteriormente doado por aquele Executivo Municipal ao Estado, conforme consta na Certidão de n° 451/93, transcrita do Livro de n° 03, com n° de ordem 347, datado de 15 de maio de 1964, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Colorado/PR.

Art. 2° - Os imóveis de que tratam o artigo anterior serão utilizados para construção de moradias populares no Município em questão.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.06.93

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O Município de Santo Inácio, em 19 de setembro de 1963, procedeu à doação de terrenos de N°s 09 (nove), 10 (dez), 11 (onze), 12 (doze) e 14 (quatorze), locali-

zados na quadra de nº 10, da Vila Governador Munhoz da Rocha, daquele Município, ao D.E.R. - Departamento de Estradas e Rodagem/PR, para que o Órgão Estadual ali construísse residências para seus servidores.

Devido acentuado declive no local, o D.E.R. não utilizou os lotes doados pela Prefeitura, nem chegando a efetuar benfeitorias, estando os terrenos nas mesmas condições da data da doação.

Posteriormente o D.E.R. interessou-se por outros terrenos que foram também doados pela Prefeitura Municipal de Santo Inácio ao Estado, e onde foi edificado o atual núcleo do Órgão no Município, além de outras benfeitorias.

Diante do exposto, objetivando a utilização dos terrenos doados inicialmente ao D.E.R. e não utilizados, para a construção de moradias populares que virão beneficiar a população carente do Município, a Prefeitura vem solicitar a doação dos terrenos em questão, haja vista a ociosidade dos mesmos e a grande necessidade que aquele Executivo Municipal tem de atender a demanda de moradias para os mais necessitados.

PROJETO DE LEI Nº 313/93

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar para a "Casa do Idoso Vovó Margarida", do Município de Ponta Grossa, o imóvel de propriedade da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, localizado na zona urbana daquela cidade, constituindo-se de um lote de terreno, de forma retangular, sob o nº 27 da quadra 23, localizado no Núcleo Residencial denominado "Santa Luzia" na Vila Congonhas, bairro da Chapada, medindo de quem da rua olha o imóvel, 11,00 metros de frente para a rua Projetada nº 19; do lado direito divide com o lote nº 26 e mede 25,00 metros; do lado esquerdo divide com o lote nº 28 e mede 25,00 metros; e nos fundos divide com o lote nº 12 e mede 11,00 metros, perfazendo uma área de 275,00 metros quadrados e existindo sobre o mesmo uma Casa de alvenaria tipo 2-32, com a área de 32,40m² sob o número 129, com frente para a referida rua Projetada nº 19.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.06.93

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

A "Casa do Idoso Vovó Margarida", no Núcleo Residencial Santa Luzia, na cidade de Ponta Grossa, foi fundada em

22.11.1987.

É uma sociedade civil com personalidade jurídica, sem fins lucrativos, apartidária, de duração indeterminada, declarada de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 10.327 de 07.06.1993, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa/PR.

Tem por finalidade o amparo aos idosos de ambos os sexos - independentemente de cor, nacionalidade, profissão, credo político ou religioso - na faixa etária dos 50 anos e/ou acima desta que, comprovadamente, necessitem de assistência alimentar, higiênica, lazer, assistência médica e hospitalar. Busca zelar pela segurança de seus filiados dentro das normas estabelecidas pelos poderes constituídos; promover passeios ou caminhadas periódicas visando desenvolver o estado físico e mental dos idosos, proporcionando meios para que todos desenvolvam, dentro de suas possibilidades, suas aptidões profissionais, como forma de lazer, além de patrocinar competições esportivas - recreativas entre os assistidos bem como outras entidades congêneres.

A "Casa do Idoso Vovó Margarida" fornece, diariamente, cinco refeições (café, lanche, almoço, café da tarde e jantar) aos seus filiados, os quais passam o dia no recinto da casa, fazendo artesanatos e divertindo-se e, às 18:30 horas, após o jantar todos voltam aos seus lares, retornando no dia seguinte pela manhã.

Originada da ex-Creche do Idoso, a "Casa do Idoso Vovó Margarida" funciona no imóvel, objeto da presente, cedido em comodato pela COHAPAR, desde sua fundação.

Assim, há mais de 5 anos a "Casa do Idoso Vovó Margarida" vem amparando e prestando atendimento aos idosos da cidade de Ponta Grossa e, a doação do imóvel, objeto do presente, pelo Estado à entidade somará forças de ambos no cumprimento aos artigos 230 da Constituição da República Federativa do Brasil e 233 da Constituição do Estado do Paraná que dispõem:

"Art. 230 - A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e o bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida."

"Art. 233 - A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação e plena integração na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e proporcionando-lhes fácil acesso aos bens e serviços coletivos."

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Djalma de Almeida César.

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A intenção de usar da palavra no Pequeno Expediente para registrar o infausto falecimento de um amigo nosso, Dr. Américo Faustino de Carvalho, irmão do querido Deputado Domingos Faustino de Carvalho, inclusive tomei a iniciativa de em meu nome e em nome dos Srs. Deputados, encaminhar à Mesa deste Poder um requerimento pedindo que seja consignado em Ata um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Américo Faustino de Carvalho.

O Dr. Faustino faleceu no último dia 26. Era antigo, dedicado e humanitário médico na Cidade de Jaguariaíva, tendo, até então, uma vasta clientela. Foi político, foi vereador no período de 77 a 83 e, por último, inclusive, ocupou e exerceu a Presidência da Câmara Municipal de Jaguariaíva. É irmão, como já foi dito, do Deputado Domingos Faustino de Carvalho. O Dr. Américo deixou viúva a Sra. Helena de Carvalho e três filhos solteiros: o André, a Alina e a Marina. Pela grandeza do homem público e do médico humano e solidário, o Dr. Américo deixa uma lacuna e uma imensa saudade, não só nos corações de seus familiares, como também, de todos os seus amigos, pacientes e pessoas que o conheceram.

Portanto, a Assembléia Legislativa do Estado através deste e demais Deputados que integram esta Casa - cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família, enviando assim, votos de profundo pesar pelo falecimento desse médico querido, nosso amigo, Dr. Américo Faustino de Carvalho.

Nessa condição, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu estou nessa minha manifestação também, eu estou justificando a ausência nesta Sessão, do nosso amigo e ilustre Deputado Domingos Faustino de Carvalho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente passamos para o Grande Expediente.

Deputado Renato Adur.

Ausente.

Passamos ao Horário das Lideranças.

Não havendo oradores inscritos no Horário das Lideranças, passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n° 1241/93, subscrito pelo Senhor Presidente em exercício do Tribunal de Contas do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que reajusta o vencimento básico mensal do cargo de Conselheiro deste Tribunal, em julho de 1993. À Direto-

ria Legislativa, para os devidos fins.

Ofício n° 1240/93, subscrito pelo Senhor Presidente em exercício do Tribunal de Contas do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que reajusta o vencimento básico mensal dos cargos de Procurador Geral, Auditores e Procuradores do Estado junto a este Tribunal, em julho de 1993. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente, comunicando sua filiação ao PTB. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em n° de 03 (três), de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessutti, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 169/93, de autoria do Deputado Antônio Anibelli, autoriza o Poder Executivo Estadual a doar ao Município de Florai, o imóvel que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. EMENDA DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Emenda: **aprovada.**

Projeto: **aprovado.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 198/92, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, que proíbe a utilização de artefatos de gás lacrimogêneo e de efeito moral e dá outras providências. Com PARECERES CONTRÁRIOS da C.C.J. e C.S.P. e FAVORÁVEL da C.F.. SUBSTITUTIVO GERAL. Com PARECER FAVORÁVEL da C.F..

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário, à Emenda Substitutiva Geral, de autoria do Senhor Deputado Luiz Henrique Bona Turra, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO, À EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N° 198/92

Art. 1° - Fica proibida a utilização de artefatos de gás lacrimogêneo e de efeito moral por integrantes da Polícia Civil e Militar, bem como de empresas de segurança ou vigilância, em treinamento ou operação, em todo o território do Estado

Art. 2º - O integrante das Polícias Civil ou Militar que descumprir a presente lei, seja autor ou responsável, será suspenso por 30 (trinta) dias, sem remuneração. Se a infração for cometida por funcionário de empresa de vigilância ou segurança, à mesma será aplicada multa de 1.000 (hum mil) UPFPR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná), pela Secretaria de Estado da Saúde.

Parágrafo Único - A constatação de reincidência implicará no desligamento do Policial Civil ou Militar, autor ou responsável pela ordem, e, tratando-se de empresa de vigilância ou segurança na aplicação em dobro da multa prevista no "caput"

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.06.93.

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

Apoiamento: Nelson Garcia, Anibal Khury, Luiz Carlos Alborghetti, Djalma de Almeida César e Toti Colaço.

JUSTIFICATIVA:

A competência privativa da União de que trata o artigo 22, XXI da Constituição Federal, especificamente no que concerne a material bélico, deve ser entendida como vedação a que os Estados introduzam o uso de materiais bélicos para além daqueles previstos na Legislação Federal.

Nenhum obstáculo há, entretanto, que estabeleça o Estado limitações de acordo com suas peculiaridades. Assim é, por exemplo, que a energia nuclear, regulada pela Legislação Federal, vem limitada pelo artigo 209 da Constituição do Estado do Paraná, sem que tal enseje arguição de inconstitucionalidade.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, com a deferência da Mesa, estou ingressando, e deve chegar dentro de alguns segundos, uma emenda a este Projeto...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Qual o projeto, Deputado?

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - É o projeto que entra em discussão agora, Senhor Presidente, de lavra do Deputado Florisvaldo Fier, que proíbe a utilização de artefatos, de gás lacrimogêneo e de efeito moral e dá outras providências.

Estou ingressando com emenda a este Projeto, já tendo consultado a Liderança. A deferência que peço à Mesa, Senhor Presidente, é que, estando a ingressar uma emenda nesta fase de 2ª discussão ao Projeto de Lei nº 198/92, já tendo consultado

Curitiba, segunda, em 28.06.93

a Liderança da Bancada do PMDB e do Governo, o pedido é no sentido de que nós pudéssemos considerar como tendo ingressado esta emenda, já que por uma perspectiva que podemos... a um esclarecimento que a Mesa queira dar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Nobre Deputado, se a emenda não está junto à Mesa, eu não posso receber a emenda. Não foi protocolada.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Então, poderia verbalmente pedir a inversão da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - V.Exa. deveria ter solicitado, então...

O SR. ERNANI PUDELL - O que não está nos autos não está no mundo, o que não está sobre a mesa...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Está em votação em 2ª discussão...

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, a Questão de Ordem consiste no seguinte: a matéria é da maior relevância. Há um substitutivo geral da Comissão de Finanças que suprime a expressão "Polícia Militar", tornando a aprovação, Senhor Presidente, Senhores Deputados, deste Projeto, absolutamente inócuo, na medida em que todos sabemos que a Polícia Civil não utiliza artefatos de gás lacrimogêneo. Só haveria sentido na aprovação desta lei se também a Polícia Militar pudesse estar incluída nesta vedação que poderia estabelecer a legislação estadual.

O argumento que nós fazemos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, para pedir esta especial deferência à Mesa para que pudéssemos, dentro de alguns segundos, fazer chegar a emenda... o que deu causa à exclusão da expressão "Polícia Militar" ao Projeto de Lei do Deputado Florisvaldo Fier foi a arguição de inconstitucionalidade que fez a Comissão de Constituição e Justiça, acompanhada por arguição de inconstitucionalidade de outras comissões técnicas.

No entanto, a Constituição do Estado - e esse é um exemplo que trazemos para justamente procurar introduzir a vedação e alcançar também a Polícia Militar está em que não obstante a Legislação Federal ser a responsável para restabelecer a política geral de desenvolvimento de energia nuclear, o artigo 209 da Constituição do Estado tem a seguinte redação:

"Observada a Legislação Federal pertinente à construção de centrais termoeletricas e hidrelétricas dependerá de proje-

to técnico de impacto ambiental e aprovação da Assembléia Legislativa; a de centrais termonucleares, desse projeto, dessa aprovação e de consulta plebiscitária".

O que temos aqui é clara imitação estabelecida pela Constituição Estadual à matéria de competência privativa da União. É o raciocínio que trazemos aqui, e daí o nosso pedido de especial deferência, porque se trata de matéria de grande alcance e repercussão, especialmente na atuação que devem ter os organismos de repressão e, em especial, em relação aos movimentos sociais e tendo em conta fato histórico havido recentemente no Estado, em que a Polícia Militar em confronto com o movimento de professores terminou por fazer uso de bombas de efeito moral, o pedido especial seria ou de adiarmos o processo de votação desta matéria para que pudéssemos apreciá-la melhor e termos a inclusão na forma original prevista, ou pudéssemos ter a inversão da ordem de pauta, para que não tivéssemos prejuízo de votar uma matéria e termos uma lei que será absolutamente inócua, já que a Polícia Civil não faz uso de artefatos como este que procura com a presente lei.

Esta a questão de ordem que coloco à Mesa para que tivéssemos um encaminhamento no interesse público, no interesse do Estado do Paraná.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, tendo em vista as ponderações que o Deputado Bona Turra fez, solicitaria a Vossa Excelência que o autor do projeto não está ainda presente, que a matéria fosse colocada como último ponto da pauta e que desse tempo para o ingresso da emenda que aperfeiçoa o projeto de lei.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Apelo também à condescendência do Deputado Ernani Pudell, se for possível pedirmos o adiamento por uma sessão deste projeto, que aí dá um tempo maior para que o Deputado Bona Turra possa entrar com sua emenda.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Senhor Presidente, acaba de chegar aqui a emenda, de modo que estou ingressando com a mesma junto à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Encontra-se sobre a mesa emenda à emenda do substitutivo geral do Projeto de Lei nº 198/92.

Está em discussão o Projeto.

Encerrada a discussão:

O mesmo voltará à Comissão de Constituição e Justiça.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº

219/92, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que autoriza o Poder Executivo a criar penitenciárias nas áreas rurais do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.S.P. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 235/93, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 020/93, que objetiva acrescentar parágrafos ao art. 2º, da Lei nº 5515, de 15 de fevereiro de 1967 (Lei do Fundo de Desenvolvimento Econômico- FDE). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 259/93, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza estudos e projetos de pontes internacionais. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 262/93, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que altera o artigo 1º da Lei 9229, de 23 de abril de 1990, (Utilidade Pública) Centro de Prevenção e Recuperação O Caminho, a Verdade e a Vida, da cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 031/91, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Tomada de Contas. **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 233/93, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 022/93, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Farol, os lotes que especifica, situados na sede do referido município e de propriedade do Estado. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Anexo o Projeto de Lei nº 129/93 - Autor - Deputado Toti Colaço. **Aprovado. (Publ. no DA nº 73, de 07.06.93- Mensagem).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 233/93

P A R E C E R:

Requeru o nobre Deputado Toti Colaço, através do Projeto de Lei que recebeu o nº de 129/93, fosse o Poder Executivo Estadual autorizado a doar ao município recém criado de Farol, determinada área de terras, de 20.000 m.² constantes das datas da quadra nº 2, e da quadra nº 7, situadas no Perímetro Urbano do referido município de Farol e registrada no 1º ofício da Circ. Imobiliária de Campo Mourão.

Sua Excelência citou em sua proposição

como objeto da doação as transcrições 30845 e 30486.

Coincidentemente o Poder Executivo Estadual, através da Mensagem nº 022/93, que transformou-se na presente proposição de nº 233/93, corrige a discriminação dos imóveis, pelo menos um deles, e esclarece que o donatário receberá os imóveis constantes da matrícula nº 15.572, e da transcrição nº 30.846.

Requeri a anexação da proposição 129/93.

Evidencia-se que a Lei nº 9528, de 08.01.91, que estabelecia a finalidade da doação é revogada expressamente no artigo deste projeto.

Isto posto, porque inexiste eivo de ilegalidade e/ou inconstitucionalidade somos de parecer favorável ao encaminhamento deste ao Plenário, requerendo-se o arquivamento da proposição 129/93, do nobre Deputado Toti Colaço.

Sala das Comissões, em 22.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
COLOMBINO GRASSANO - Relator

(O Projeto de Lei nº 129/93, encontra-se publicado no DA. nº 70, de 02.06.93).

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 234/93, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 021/93, que autoriza o Poder Executivo a ceder ao Município de Rolândia, parte do imóvel que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C. Aprovado. (Publ. no DA. nº 73, de 07.06.93 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 234/93

P A R E C E R:

Analisando o presente projeto de lei, no que diz respeito a seus aspectos constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa, não encontramos óbices à sua tramitação regimental, até final de liberação pelo douto e soberano Plenário.

Portanto, recebe desta Comissão Parecer Favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 15.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 234/93

PARECER:

O Projeto de Lei em análise, oriundo da Mensagem Governamental nº 021/93, objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder ao Município de Rolândia, parte do imóvel que especifica.

A matéria foi analisada no parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que

pronunciou-se Favorável à aprovação da mesma.

Assim sendo, esta douta Comissão Técnica, chamada a opinar, segue o entendimento da Comissão supracitada, manifestando-se favorável à aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.06.93.

(aa) NAMIR PIACENTINI
Presidente e Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 236/93, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Amigos de Jaguariaíva. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovado. (Publ. no DA. nº 70, de 02.06.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 236/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Erondy Silvério, o Projeto de Lei nº 236/93, ora em trâmite para parecer por esta Comissão, declara de Utilidade Pública, a Associação dos Amigos de Jaguariaíva.

Nada foi encontrado que pudesse impedir a normal tramitação do presente plano de lei, levando este relator a emitir parecer Favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOÃO IENSEN - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 252/93, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 023/93, que aprova crédito suplementar, no valor de CR\$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. Aprovado. (Publ. no DA. nº 77, de 15.06.93-Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 252/93

P A R E C E R:

Originário da Mensagem Governamental nº 23/93, o Projeto de Lei nº 252/93, de autoria do Poder Executivo, ora sendo analisado por este Relator, aprova em seu art. 1º, Crédito Suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.195, de 15 de dezembro de 1992, no valor de CR\$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de cruzeiros), conforme anexo I.

Em seu artigo 2º, diz que: "servirá como recurso para a cobertura de crédito de que trata o art. 1º, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme anexo II, desta Lei.

O presente plano de lei, está em per-

feita consonância com o disposto nos artigos 133 - § 9º e 135, V, ambos os institutos da Carta Magna Estadual.

Por tais fatos, este relator emite o seu parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 252/93

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo através da Mensagem Governamental nº 23/93, tem por finalidade aprovar crédito suplementar no valor de CR\$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura, conforme especifica.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que obste a tramitação do Projeto de Lei em tela neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.06.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

NEREU ALVES DE MOURA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 253/93, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 024/93, que aprova a abertura de Crédito Suplementar no valor de CR\$ 47.479.795.000,00 (quarenta e sete bilhões, quatrocentos e setenta e nove milhões, setecentos e noventa e cinco mil cruzeiros), visando atender despesas do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR (Colégio Estadual do Paraná). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. **Aprovado.** (Publ. no DA. nº 77, de 15.06.93 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 253/93

P A R E C E R:

Analisando o projeto de lei, acima citado, oriundo da Mensagem Governamental nº 024/93, esclareço que o mesmo está em condições de ser aprovado por atender os dispositivos constitucionais contidos nos Artigos 165, § 8º e 167 V, da Constituição Federal, bem como, nos Artigos 133, § 9º e 135, V, da Carta Magna Estadual.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 22.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 253/93

P A R E C E R:

Oriundo de Mensagem Governamental nº 024/93, o presente plano de lei objetiva aprovar a abertura de Crédito Suplementar no valor de CR\$ 47.479.795.000,00 (quarenta e sete bilhões, quatrocentos e setenta e nove milhões, setecentos e noventa e cinco mil cruzeiros), visando atender despesas do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR (Colégio Estadual do Paraná).

Encontra-se a iniciativa de acordo com os dispositivos legais, regimentais e constitucionais relativos à matéria orçamentária.

Inexistindo pois, óbice de qualquer natureza, esta Comissão é de parecer favorável à aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 254/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 025/93, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 2.737.739.000,00 (dois bilhões, setecentos e trinta e sete milhões, setecentos e trinta e nove mil cruzeiros), aos vigentes orçamentos próprios da UNIOESTE, de Escola de Música e Belas Artes do Pr da Fac. Est. de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. **Aprovado.** (Publ. no DA. nº 77, de 15.06.93 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 254/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 254/93, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem nº 025/93, tem por finalidade a aprovação de abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 2.737.739.000,00 (dois bilhões, setecentos e trinta e sete milhões, setecentos e trinta e nove mil cruzeiros), aos vigentes orçamentos próprios da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, da Escola de Música e Belas Artes do Paraná e da Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba.

Da análise do referido projeto, não encontrando nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 254/93

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 025/93, o presente plano de lei objetiva aprovar a abertura de Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 2.737.739.000,00 (dois bilhões, setecentos e trinta e sete milhões, setecentos e trinta e nove mil cruzeiros), aos vigentes orçamentos próprios da UNIOESTE, da Escola de Música e Belas Artes do Paraná e da Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí.

Encontra-se a iniciativa de acordo com os dispositivos legais, regimentais e constitucionais relativos à matéria orçamentária.

Inexistindo pois, óbice de qualquer natureza, esta Comissão é de parecer favorável à aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.06.93.

(a) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
NEREU ALVES DE MOURA - Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 255/93, de autoria do Poder Executivo-Mensagem n° 026/93, que aprova crédito suplementar no valor de CR\$ 1.917.266.000,00 (hum bilhão, novecentos e dezessete milhões, duzentos e sessenta e seis mil cruzeiros), aos vigentes orçamentos próprios da Fac. Est. de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho e da Faculdade de Ciências Econômicas de Apucarana. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. Aprovado. (Publ. no DA. n° 77, de 15.06.93 Mens.).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 255/93**

P A R E C E R:

O Poder Executivo apresenta Mensagem n° 026/93, que visa aprovar crédito suplementar no valor de CR\$ 1.917.266.000,00 (hum bilhão, novecentos e dezessete milhões, duzentos e sessenta e seis mil cruzeiros), ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.195, de 15 de dezembro de 1992, visando atender despesas com reforma do prédio da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho, e da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana, pelo DECOM, aquisição de equipamentos e despesas de manutenção.

Servirá como recurso para a cobertura da referida programação, superávit financeiro apurado no balanço patrimonial e de excesso de arrecadação nas entidades referidas.

Procedida a análise da matéria, o presente projeto preenche os requisitos constitucionais, legais e regimentais, motivo pelo qual opinamos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
EMILIA BELINATI - Relatora

**COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 255/93**

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 026/93, o presente plano de lei objetiva aprovar crédito suplementar no valor de CR\$ 1.917.266.000,00 (hum bilhão, novecentos e dezessete milhões, duzentos e sessenta e seis mil cruzeiros), aos orçamentos próprios da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho e da Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana.

A presente matéria passou pelo grifo da Comissão de Constituição e Justiça, no tocante ao aspecto legal e constitucional, recebendo desta parecer favorável.

Assim sendo, a que cabe a esta Comissão opinar, conforme lhe preceitua o § 3°, art. 33, do Regimento Interno, posiciona-se pelo Parecer favorável, igualmente, opinando pela Aprovação do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.06.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 277/93**

P A R E C E R:

O presente projeto tem por finalidade criar na Parte permanente do Quadro Geral de Pessoal do Poder Executivo, os cargos de provimento efetivo que especifica, para serem utilizados pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Legal e constitucionalmente, a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça não encontra qualquer óbice que possa impedir sua normal tramitação neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à proposição que é oriunda da Mensagem n° 029/93, do Poder Executivo.

Sala das Comissões, em 24.06.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
LUIZ ANTONIO SETTI - Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 277/93**

P A R E C E R:

O projeto de lei em tela, oriundo da Mensagem Governamental n° 029/93, objetiva criar na parte permanente do Quadro Geral de Pessoal do Poder Executivo, os cargos de provimento efetivo que especifica, para serem utilizados pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

A matéria foi analisada no parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que pronunciou-se favorável à aprovação da mesma.

No âmbito desta Comissão Técnica, inexistiu qualquer impedimento à sua normal tramitação nesta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, recomendando sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.06.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

P A R E C E R:

A matéria ora em análise por esta Comissão Técnica, versa sobre o Projeto de Lei n° 277/93, oriundo da Mensagem Governamental n° 029/93, que objetiva criar a Parte Permanente do Quadro Geral do Poder Executivo, os cargos de provimento efetivo que especifica, para serem utilizados pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

No âmbito desta Comissão, inexistiu qualquer impedimento à sua normal tramitação nesta Casa.

Nestas condições, somos pelo parecer favorável recomendando sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.06.93.

(a) ALCEU SWAROWSKI - Presidente e Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Antes de passarmos aos requerimentos, temos a satisfação, atendendo o convite do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Deputado Orlando Pessuti, de convidá-los para o lançamento do livro "Os caminhos da Política", de autoria do Dr. Júlio Rocha Xavier, ex-Deputado estadual e Constituinte, que foi Presidente desta Casa.

O evento será realizado no dia de hoje, às 17:00 horas no Salão Nobre desta Casa.

Requerimento n° 2257, de autoria do Sr. Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2250, de autoria do Sr. Djalma de Almeida César, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2251, 2252 e 2287, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2268, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento n° 2253, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Dire-

toria Legislativa.

Requerimentos n°s 2254 e 2255, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2288, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata.)

Requerimento n° 2256, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constantes do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata.)

Requerimentos n°s 2271, 2272, 2273, 2274, 2275 e 2276, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2278 a 2286, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2263 a 2267, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2258, de autoria do Sr. Deputado Carlos Simões, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2258-A, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Para Discutir)

Sr. Presidente, eu gostaria de pedir ao Líder do Governo, Deputado Renato Adur que reconsiderasse o pedido de adiamento desse requerimento tendo em vista a enorme preocupação que passa todo Estado do Paraná em relação à situação do Porto de Paranaguá.

Tomamos por iniciativa trazer a essa Assembléia a parte técnica do que vem acontecendo naquele terminal portuário. Esperamos com isso dar a nossa colaboração para que definitivamente se resolva o problema do canal da Galheta, e o Paraná não venha sofrendo inúmeros prejuízos como vem sofrendo, como eu disse em pronunciamento dias atrás, não existem culpados nessa questão, existem perdedores, por isso, eu pediria ao Líder do Governo que reconsiderasse e que deixasse que o requerimento fosse votado para que todo Estado do Paraná tomasse conhecimento da real situação, também por parte da Superintendência dos Portos do Estado do Paraná que hoje estará em reunião com todos os empresários e Governantes do Estado do Paraná.

O SR. RENATO ADUR - Nós entendemos o Deputado Fregonese. Tem toda razão quando pretende trazer o Capitão da Marinha para prestar esclarecimentos na Assembléia Le-

gislativa. Entretanto, nós também entendemos que existe a Comissão de Transporte na Assembléia, e seria mais plausível que ao invés de ele prestar os esclarecimentos em Plenário, que ele fosse ouvido, inclusive com a nossa aprovação diretamente na Comissão específica que a Comissão encarregada de atender assuntos atinentes ao transporte do Estado do Paraná.

Então fica a nossa sugestão e o pedido ao Deputado Fregonese. Nós queremos negociar com o Deputado Fregonese a vinda do Capitão na Comissão dos Transportes e não em Plenário na Assembléia Legislativa.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Sr. Presidente, eu mantenho o meu pedido, que seja feito no Plenário da Assembléia porque todos os Deputados que representam todas as regiões do Estado do Paraná estão se sentindo prejudicados com a questão das exportações do Estado do Paraná.

Nós não temos tempo, nós entraremos em recesso na próxima quarta-feira, e a única oportunidade que eu senti é que o Capitão esteja aqui na próxima quarta-feira, ou na data de amanhã, mas eu duvido que ele consiga estar aqui e possa realmente saber da verdade, o que vem acontecendo na parte técnica, sendo um Capitão de mar e guerra, representante do Ministro da Marinha no Estado do Paraná, que ele possa, realmente, dizer ao Estado o que vem acontecendo, porque o Porto segundo declarações do Superintendente do Porto, do Governador em Exercício Mário Pereira, até data de ontem, vem perdendo milhões e milhões de dólares. Isso prejudica não só a minha cidade, a minha região, mas como todo Estado do Paraná, por isso eu mantenho o pedido, e se por acaso a Bancada do Governo achar por bem derrubar esse pedido fica uma dúvida no ar.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, então, nós concordamos e sugerimos ao Deputado que convoque o capitão, se bem que no nosso entendimento o convite deveria ser feito ao Ministro da Marinha e não diretamente ao capitão. Entretanto, nós sugerimos que seja feito esse esclarecimento pelo capitão após a Sessão Plenária de amanhã ou de quarta-feira porque nós temos essa semana as votações importantes, inclusive a votação da LDO; é a última semana praticamente, do período legislativo.

Então, após a Sessão Plenária eu acho que não haveria problema nenhum.

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) - Eu concordo, Senhor Presidente, com uma condição: eu pediria ao Líder do Governo e à sua Bancada que permaneçam após a Sessão de quarta-feira para que a gente possa

esclarecer realmente todas as dúvidas que existem na minha cabeça e nas cabeças dos demais Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Solicitamos ao Deputado Lourenço Fregonese que faça uma ressalva no seu requerimento e marcamos, se o Plenário apoiar, para quarta-feira após a Sessão Plenária.

Em votação o requerimento do Deputado Lourenço Fregonese. **Aprovado com a ressalva.**

Requerimentos n°s 2292 a 2295, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes de expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2289 a 2291, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Em Discussão.**

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Adia-se a Discussão para a próxima Sessão na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 2125, de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimentos n°s 2239, 2241 e 2151 de autoria do Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Sr. Presidente. Eu não ouvi e peço desculpas se estiver enganado, a leitura do requerimento que fiz à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Será colocado na Ordem do Dia de amanhã.

O SR. NEIVO BERALDIN - Sr. Presidente, se não causar transtorno, eu acho que não é tão difícil aproveitar o dia de hoje, assim ganharemos tempo.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Requerimento n° 2296, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do Expediente **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 29, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 257 e 395/92, 018, 073, 119, 176 e 185/93.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 233, 234, 236, 252, 253, 254, 255 e 277/93.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 191/93, 213, 242, 251, 278, 280, 281 e 287/93 e 289, 290 e 291/92 e do Projeto de Lei Complementar n.º 288/93.

Levanta-se a sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ORLANDO PESSUTI, EM SESSÃO DO DIA 28 DE JUNHO DE 1993.

"Pronunciamentos do Dr. Arthur Claudino dos Santos e Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, proferidos por ocasião da solenidade de entrega dos títulos de "Personalidade AECIC".

Exmos. Srs. participantes da Mesa já nomeados, minhas senhoras, meus senhores, Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, nosso homenageado.

Gostaria de salientar a presença, nesta solenidade, dos representantes dos Poderes constituídos do nosso Estado:

Governador do Estado Roberto Requião; Deputado Orlando Pessuti, Presidente da Assembleia Legislativa e Desembargador Ronald Accioly da Costa, Presidente da nossa mais alta Corte de Justiça, atestando a consideração e apreço à figura do Dr. Francisco Cunha Pereira Filho seguindo a tradição, que remonta às suas origens, a AECIC está dando continuidade a outorga deste título de personalidade AECIC.

É para mim, motivo de honra e satisfação saudar o Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, que descende de tradicional família paranaense, filho do Desembargador Cunha Pereira e D. Julinda Ferreira da Cunha Pereira.

Seu Pai, o Desembargador Cunha Pereira, constitui um galhardão de nossa vida Pública, pelo seu exemplo, pela sua cultura e pela forma impecável com que exerceu as suas funções, na Magistratura Paranaense.

As nossas homenagens e nosso respeito.

O casal Cunha Pereira, teve 4 filhos: D. Maria Julinda, viúva do Industrial paraibano Francisco Ribeiro Coutinho, figura de renome nos meios industriais. Lincoln Cunha Pereira, Presidente da Associação Comercial de São Paulo, Líder Empresarial, de destaque nacional. Dr. João Cândido Cunha Pereira, renomado médico e Conselheiro

do Tribunal de Contas do nosso Estado.

Procurarei, em rápidas passadas, salientar os principais fatos do extenso curriculum do nosso homenageado:

Bacharelou-se em Direito, pela Faculdade de Direito da UFPR, oportunidade em que recebeu o prêmio de Brigadeiro Franco, como melhor aluno de Direito Civil.

Recebeu ainda, comunicação oficial da universidade, de que foi o aluno que obteve as maiores notas, em todas as matérias, naquele ano letivo.

Foi líder estudantil, tendo fundado o Partido Acadêmico Moderador, mais tarde eleito 1º Presidente do diretório central dos estudantes.

Como Advogado, destacou-se por mais de quinze anos por intensa militância, tendo sido eleito Presidente do Instituto dos Advogados do Paraná e, por mais de vinte anos, eleito, consecutivamente, para o Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Paraná, onde exerceu vários mandatos como Diretor.

Em 1990, foi eleito membro do Conselho Federal da O.A.B.

Exerceu o magistério superior, tendo regido a Cadeira de Ciências das Finanças do 2º ano do curso de Direito da Universidade Federal do Paraná e Direito Internacional privado, do 5º ano da mesma Universidade.

No ano de 1978, a Universidade Federal do Paraná (a mais antiga do País) concedeu-lhe o título de "Professor Honoris Causa".

É membro do Conselho Universitário da UFPR, na qualidade de representante da comunidade e membro do Conselho Superior da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e também membro do Conselho Empresarial do CEFET.

Em reconhecimento pelas oportunas e vibrantes campanhas em defesa do Paraná, a Assembleia Legislativa do Pr, aprovou a concessão do título "Cidadão Benemérito do Paraná".

Foi agraciado pelo Tribunal Superior do Trabalho, com a "Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, no Grau Comendador".

Recebeu medalha de Mérito Santos Dumont, do Ministério da Aeronáutica, diploma de "Amigo da Marinha", do Ministério da Marinha. Ainda em 1986 a comenda do Congresso Nacional, em cerimônia no senado da República, e o prêmio Sobral Pinto, instituído pela CODEC e entregue pessoalmente, pelo Dr. Heráclito Fontoura Sobral Pinto.

Há vários anos vem acumulando as funções de Advogado e Empresário, desde que assumiu a direção da Gazeta do Povo, Diário da Tarde, TV-Paranaense Canal 12, TV Cultura de Maringá - Canal 8, TV Coroados de Londrina - Canal 3, TV Cataratas de Foz

do Iguaçu - Canal 5, Rádio Inter 98 FM e Companhia Bom Pastor de Hotéis e Turismo.

Quer na parte noticiosa, ou como veículo de difusão comercial e comunicação de massa, as organizações de Francisco Cunha Pereira Filho, estão se transformando, rapidamente, em órgãos de maior expressão no cenário nacional, com liderança incontestada e proclamada pelos mais credenciados organismos de pesquisa nacional.

Em 1982, a Sociedade Rádio Emissora Paranaense S/A (TV Paranaense - Canal 12), foi indicada pela revista Exame, que faz rigorosa análise econômica, como a "Empresa de melhor desempenho na área de comunicação", do País. Em 1988, novamente a revista Exame, escolheu a TV Paranaense, como a empresa de melhor desempenho no País na área de comunicação e em 1989, pela terceira vez, a TV Paranaense recebeu o prêmio de "Melhores e Maiores", da revista Exame, como a empresa de melhor desempenho do País na área de comunicação.

Em 1986 a editora Gazeta do Povo, recebeu o 11º prêmio "Colunista Regional do Paraná", como destaque do ano. Em 1988 e 1989, recebeu prêmio Kibon de Imprensa, concedido pela revista Propaganda. Nos anos de 1986/87/88 e 89, o Jornal Gazeta do Povo, foi agraciado com o prêmio de melhor Jornal do Estado do Paraná, na classificação mérito lojista, concedido pela Confederação Nacional de Diretores Lojistas e repetido em 1990.

Comprovado pelo I.V.C. (Instituto Verificador de Circulação), Gazeta do Povo, tornou-se um marco na História do Paraná, ao superar os 100 mil exemplares, tornando-se o jornal de maior tiragem comprovada no estado: bastaria este extenso e expressivo curriculum, para justificar a nossa outorga de "Personalidade AECIC" 1992. O Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, porém, não se ateve aos êxitos de sua atividade profissional e a eficiência de seu gerenciamento empresarial. Foi mais além, assumindo posição de liderança, na defesa das grandes causas paranistas, como a:

- Campanha de Conservação do Solo, que tão extraordinários resultados trouxe à agricultura.

- Campanha de Alfabetização, procurando situar o Estado em posição de vanguarda;

- Construção do Centro de Convenções de Curitiba;

- Ampliação da Biblioteca Pública de Curitiba, já autorizada pelo Governador do Estado;

- Construção da 2ª linha de estrada de ferro, Curitiba-Paranaguá para permitir o escoamento de nossa extraordinária safra agrícola;

- Royalties, indenização pelas áreas destinadas às empresas;

- Presença de Paranaenses nas grandes decisões Nacionais;

- Presença do Paraná nos Tribunais Superiores da Federação;

- Integridade Territorial contra as iniciativas espúrias de criação do Estado do Iguaçu.

Sempre que o interesse público estava ameaçado, o nosso homenageado reagiu em defesa da coletividade.

Ao nos aproximarmos do limiar do século XX, a classe empresarial, com o peso de sua participação na vida nacional, deve extravazar da gestão de suas atividades específicas, procurando, a exemplo do nosso homenageado, participar e tentar influir na condução da atividade pública.

No ano passado, o Brasil passou por uma grande crise que culminou com o "Impeachment" do Presidente Collor, envolvido em pesadas denúncias de corrupção. As nossas instituições, funcionaram plenamente e demos ao mundo, uma prova de amadurecimento democrático com a posse, nos termos da constituição, de seu sucessor o vice-Presidente Itamar Franco. Nos regimes democráticos, a representação política é a pedra de toque. Cabe a nós empresários, tentar cada vez mais, participar da vida pública, procurando interferir na seleção e escolha dos melhores candidatos, tanto para os postos do Poder Legislativo como do Poder Executivo, pois os destinos nacionais dependem basicamente, da qualidade dos representantes do povo e do aprimoramento de nossas instituições.

Durante a última década de 80, até o presente, o Brasil perdeu sua posição relativa entre as nações em desenvolvimento, já que não conseguiu apresentar índices de aumento no seu produto bruto.

A demagogia e a corrupção, têm sido uma constante, com conseqüente nacionalismo e isolamento decorrente, que tem contribuído para o nosso maior distanciamento dos povos mais desenvolvidos, além da necessidade de reestruturação de nossa economia, com o conseqüente combate à inflação e a ineficiência, principalmente do Estado, devemos estar com os olhos bem voltados para o mundo e para as grandes transformações, que estão ocorrendo para que, chegando o século XXI, não nos encontremos em posição mais desvantajosa.

A Robótica e a Biotecnologia vão provocar enormes desafios, para as nações em desenvolvimento, que vão se refletir já no final da presente década.

A robótica tornando, as indústrias cada vez mais eficientes, com menor contingente de mão-de-obra.

O Brasil, que no ano 2025, terá uma população de 245 milhões, este problema se agravará sensivelmente.

A biotecnologia alterará, substancial-

mente, o setor agropecuário, criando melhores variedades de sementes, produtos químicos, alternando o desempenho das lavouras, além da revolução genética, que trará outras alterações de vulto, principalmente na pecuária.

A criação "in vitro", por outro lado permitirá que países desenvolvidos, como o Japão, por exemplo, fiquem menos dependentes dos atuais exportadores de produtos agrícolas, como é o caso do Brasil.

São desafios que estão as nossas portas, são desenvolvimentos científicos em pleno andamento.

Os obstáculos são imensos, mas o Brasil tem condições de enfrentá-los e saberá fazê-lo, não deitado eternamente em berço esplêndido, mas, enfrentando-os com coragem, pertinência e patriotismo.

Ao Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, nossos votos de continuado êxito na sua profícua trajetória.

A todos muito obrigado.

"Dr. Francisco Cunha Pereira Filho"
Senhores, meus amigos.

Antes do meu sincero e comovido agradecimento por esta notável homenagem, permitam que aproveitando a minha presença neste auditório raro e qualificado pela competência e discernimento dos que compõem esta verdadeira assembléia da AECIC, possa fazer algumas considerações que me parecem oportunas e de razoável urgência.

Elementos reais vêm se acumulando para que nosso país prospere: crescimento recorde do PIB com taxa de 4,36%, a maior registrada no primeiro trimestre desde 1980, apontando para um resultado positivo em 1993. O IBGE constatou um crescimento de 5,8% no semestre de outubro de 1982 a março de 93.

Contamos com um Produto Interno Bruto de 790 bilhões de dólares e não apenas de 450 bilhões, conforme avaliação feita pelo novo critério do F.M.I.

Tivemos uma produção agrícola ascendente este ano, com uma safra de grãos notável e preços internacionais altamente compensatórios.

Possuímos reservas cambiais de 25 bilhões de dólares. Assistimos no último mês de maio a um recorde de produção de automóveis, com 129.069 unidades produzidas e no mês de junho o ritmo tem aumentado.

Uma retomada de investimentos de capital nacional e estrangeiro já é sentida em quase todas as atividades e autoridades financeiras nos informam que está equacionado o acordo da dívida externa com o Club de Paris e com os banqueiros privados.

Procurei trazer este elenco de fatos importantes e positivos para assinalar que com toda certeza um programa de austeridade, como promete o ministro Fernando Hen-

rique Cardoso, nos levará a vencer a terrível situação que enfrentamos de mais de 30% de inflação ao mês e permitirá também eliminar os dolorosos bolsões de pobreza, com uma melhor distribuição de renda dentro de espírito social do presidente Itamar Franco, com a prometida criação estimulante de novos empregos.

São argumentos reais e positivos que nos permitem este tom de esperança e otimismo que desejo transmitir, neste momento feliz, convencido como todos, estretanto, que só a união e o trabalho dos brasileiros, e não apenas do governo, permitirão os índices de prosperidade e paz social que tanto almejamos.

Feitas estas observações, que espero tenham o dom de elevar ainda mais ânimo deste grupo legítimo de heróis do trabalho, do dinamismo e da competência que são os membros desta vitoriosa Associação das Empresas da Cidade de Curitiba, quero agradecer a homenagem que profundamente me tocou.

O momento deste almoço no Graciosa Country Club é de emoção para mim.

Quando trabalhamos intensamente numa luta feroz de todo dia e de noite, quer no jornal, quer na televisão ou no rádio, não esquecendo que além da finalidade do lucro há o interesse maior da comunidade, e assistimos depois este trabalho reconhecido unanimemente por empresários destacados e vitoriosos de uma instituição como esta AECIC - que tem sido parcimoniosa e cautelosa mesmo em suas premiações anteriores - esta emoção cresce e quase nos sufoca. Lembramo-nos então dos que conosco colaboraram e colaboram, principalmente nossa família e nossos auxiliares, que hoje são quase 2.000 mil no Paraná todo e com quem desejamos compartilhar este expressivo galardão.

Estejam certos, senhores da AECIC, que este prêmio distribuído anualmente é um forte estímulo e um competente balizador para todos, norteando-nos a fim de que nossas ações sejam melhores e mais eficientes, pois, o presidente, diretores, conselheiros e empresários da Cidade Industrial de Curitiba, aí estão atentos, cobrando-nos com suas críticas quando erramos ou não somos competentes, mas premiando com plena independência, liberdade, e com generosidade até, quando vislumbram algum resultado positivo em nosso trabalho.

Mais uma vez, pois, digo obrigado pela generosidade do prêmio Personalidade AECIC 1992 - concedido por uma unanimidade que muito me honrou e comoveu.

Muito obrigado.

Mas, senhores, não posso deixar de aproveitar mais um pouco esta rara oportunidade de ser ouvido por líderes expressi-

vos. como os que se reúnem hoje aqui nesta solenidade.

Após campanhas árduas em que estivemos empenhados e vejo aqui expressivos companheiros de lutas, como conservação do solo, apoio total à exploração de xisto de São Mateus, alfabetização, ampliação da Biblioteca Pública já autorizada, construção do Centro de Convenções, instalação do Centro de Tecnologia Metal-Mecânica no acordo Brasil e Japão, criação de um pólo avançado de informática transformado hoje no CITEPAR, construção da 2.^a linha de estrada de ferro Curitiba-Paranaguá ainda não vitoriosa mas fundamental, reparação dos danos causados por alagamentos para construção de hidrelétricas, presença de paranaenses nas grandes decisões nacionais, inteligência, integridade e cultura de nossa terra aproveitados nos Tribunais Superiores do País, nos empenhamos mais agora como veículo de comunicação social em novas lutas, que consideramos graves, urgentes e de suma importância: o combate à idéia esdrúxula do separatismo; a batalha que iniciamos há mais de três anos, imensurável e difícil contra a miséria; e uma campanha de estímulo à criação de mais de novos empregos, nos moldes aliás que já fizeram exemplarmente os dinâmicos empresários da Cidade Industrial que precisa entretanto ser imitada e ampliada.

Após o episódio do fracassado projeto do Estado do Iguaçu, quando maus brasileiros ou inocentes úteis queriam dividir o Paraná e Santa Catarina, transformando nossos pujantes territórios em dois estados inviáveis por todas as razões, tomando-nos áreas fertilíssimas, roubando nossas fronteiras com o Paraguai e Argentina, tirando-nos o Rio Paraná e Iguaçu em grande parte de sua extensão, privando-nos ainda das Cataratas do Iguaçu e da monumental ITAIPU, assistimos entristecidos, recentemente a quase demência de tentativa da volta ao tema vencido e mais recente ainda a idéia profundamente impatriótica e repugnante do separatismo afastando o Sul do resto do País.

O milagre brasileiro, o milagre deste país continente, é exatamente a sua unidade. Desde a descoberta em 1.500 até os dias atuais, a luta de nossos antepassados foi pela unidade territorial, unidade cultural, de língua, de sentimento e de amor à Pátria comum e não pode agora ser vencida por falsos líderes, figuras inespressivas, data vênias dos que pensam em contrário, verdadeiros pigmeus da nacionalidade. Nós, brasileiros do Sul, já fizemos integrar em nosso patrimônio pessoal o dinamismo e patriotismo de São Paulo, os encantos, a prodigiosa natureza e a criatividade do Rio de Janeiro, com o petróleo da Bacia de Campos e as usinas de Angra

dos Reis, a riqueza do Rio São Francisco e suas hidrelétricas e o sucesso da irrigação no Nordeste, a nossa moderna capital Brasília, o Pantanal, a pujante riqueza da exuberante Amazônia. Não podemos admitir que idéias absurdas, e criminosas até, pretendam nos privar deste patrimônio que herdamos de nossos antepassados, e temos o dever de defender e transmitir íntegro a nossos filhos, netos e gerações futuras. A vigilância permanente e a repulsa a estes movimentos são atos de mais puro patriotismo.

A verdadeira cidadania nos fez compreender que aqui no Sul o nosso patrimônio inclui toda a fabulosa parcela do Sudeste, Centroeste, Norte e Nordeste. Naquelas regiões, nossos irmãos de todo o Brasil também se inflamam quando ouvem a alucinada campanha divisionista e também defendem com o mesmo ardor o sentimento de cidadania que lhes faz incorporar como patrimônio seus todas as riquezas do Sul, como a poderosa industrialização de São Paulo, a fertilidade das ubérrimas terras roxas e vermelhas paranaenses, o espírito industrial e progressista de Santa Catarina e o patriotismo, trabalho e tradição de nossos irmãos do Rio Grande do Sul.

Mais uma vez repetimos: essas idéias separatistas são ervas daninhas que não podemos deixar vicejar, pois contêm um profundo princípio mau e destruidor, que pode causar danos irreparáveis no futuro, levando até irmãos contra irmãos em uma guerra terrível e fratricida, como as que assistimos em países ditos civilizados do primeiro mundo.

Estejamos pois alertas e vigilantes contra aqueles que não têm vínculos com o passado e menos ainda com o futuro e procuram trazer argumentos solertes e perigosos, que podem atingir em cheio nossas profundas raízes de unidade nacional. É dever herdado de nossos antepassados heróicos manter intacto o gigantesco e notável território continental que recebemos.

Felizmente a Constituição Federal não permite e pune mesmo movimentos separatistas como atos criminosos, mas é indispensável que todos estejam atentos e vigilantes para que nenhuma manobra insidiosa possa vir dividir este território gigantesco, riquíssimo e que é nosso.

Examinemos agora a luta contra a miséria. É impossível que qualquer um de nós tenha tranqüilidade neste farto almoço ou em qualquer outra refeição do nosso dia-a-dia sabendo que muito próximo há um semelhante na miséria, passando fome total, doença, frio e desemprego. O coração mais insensível se dobra e chora ao ver o drama da miséria e da fome. Velhos sem trabalho ou aposentadoria, com frio, fome e doença se constituem em espetáculo doloroso: e

criança abandonada, sem roupa e com fome e frio, é um espetáculo tão ou mais doloroso quanto o de um jovem desesperado ou de um chefe de família desesperado e também sem emprego. E estes fatos cotidianos se constituem atualmente no drama mais terrível de nossa geração. A pobreza ainda é suportável, é uma condição perversa da vida humana, mas não é fatal.

Porém a miséria é uma maldade contra a natureza humana, ou como dizia D. Hélder Câmara, com toda propriedade: "Sob um ponto de vista cristão, a miséria é uma grave ofensa contra o Criador..." E o Arcebispo de Olinda e Recife já afirmava, também com vigor: "É necessário que todos, mas TODOS, com letras maiúsculas se empenhem contra a miséria". E acrescentava ele: "Se todos os homens, mulheres, soldados, religiosos, governos, cada habitante de rua, do quarteirão ou praça conseguirem matar a fome de um semelhante, a imagem lúgubre da miséria estará enterrada até o ano 2.000."

Já na década de 80, a Gazeta do Povo e a Rede Paranaense de Televisão iniciaram campanha mobilizando os empresários para que, num esforço por reduzir a pobreza, abrissem em suas empresas apenas mais uma vaga, dando emprego assim a pelo menos mais um desempregado.

Há mais de dois anos, diante do índice assustador do crescimento da miséria, a sociedade paranaense também se mobilizou através de alerta da Gazeta do Povo, criando-se naquele momento o primeiro comitê contra a fome no Brasil.

É uma visão, é um projeto generoso que já começou a se transformar em realidade, graças também ao trabalho do sociólogo Herbert de Souza - Betinho, coordenador do Programa Nacional Contra a Fome - numa ação de cidadania contra a miséria e pela vida. É uma preocupação também agora do presidente da República que acabou de criar o Conselho de Segurança Alimentar - COSEA - integrado por cinco ministros, além das autoridades estaduais e municipais.

Mas, senhores, aqui em Curitiba repetindo, há mais de dois anos se faz uma distribuição exemplar de alimentos e de um sopão aos famintos, por iniciativa corajosa de um grupo que se reuniu na Federação do Comércio em maio de 1991, com a presença de líderes sociais do Paraná, religiosos de diversas igrejas, autoridades e representantes de instituições diversas, atendendo a convocação da Gazeta do Povo e com o apoio decidido do Presidente da Federação do Comércio do Paraná, Rubens Brustolin, e mais tarde também da Prefeitura e governo do Estado.

Entretanto há ainda muita fome, há muita miséria, há muito desemprego. É preciso que voltemos muitas vezes ao tema pa-

ra atingir todas as classes e principalmente parte de nossas elites que, não raras vezes alienada, não se apercebeu ainda da gravidade do fato.

Parece oportuno fazer um apelo para que todos passemos a meditar seriamente sobre o grave tema. Para que levemos a todas as classes, principalmente às mais ricas e as mais poderosas a idéia de que: "A Miséria Tem Que Ser Considerada Um Escândalo", e a salvação é a parceria compenetrada de toda a comunidade num gigantesco esforço.

Acreditando no empenho e trabalho de todos, imagino que o Paraná poderá ser um dos primeiros estados a entrar no ano 2.000, na passagem do terceiro milênio, vendo vencida em nossa terra esta dolorosa e perversa realidade cruel, que já é um escândalo nacional.

Terminaria tentando profetizar que na virada do milênio, quando muita coisa estranha e milagrosa pode acontecer, se todos trabalharmos juntos e empolgados, poderemos ver o Brasil como o país de progresso e de paz; sem divisionismo, sem desemprego e sem o terrível e doloroso escândalo da miséria.

São idéias que, sem qualquer outra pretensão, quis passar à meditação de todos, aproveitando esta rara oportunidade, quando vejo aqui presentes quase todos os companheiros de grandes jornadas e de grandes vitórias anteriores.

Finalmente, feliz e honrado com o prêmio ora recebido, mais uma vez, o meu muito obrigado.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO GERALDO CARTÁRIO, EM SESSÃO DO DIA 28 DE JUNHO DE 1993.

Movimento "SOS Advogados do Paraná"

Estratégias para o fim do Impasse

O movimento "SOS. Advogados do Paraná", coordenado pelo advogado Elias Mattar Assad, objetiva mobilizar a sociedade paranaense no sentido de sensibilizar os Ministros do Supremo Tribunal Federal a decidir com a maior prontidão possível o impasse que envolve os Poderes Executivo e Judiciário do Paraná.

OS CAMINHOS A SEREM TRILHADOS

Segundo o advogado coordenador do movimento, a primeira coisa a fazer era tornar pública a insatisfação do povo do Paraná e dos advogados com a indefinição e a demora no julgamento pelo STF. Assim, sexta-feira última, foi até em frente ao Tribunal e Palácio do Governo com apelos objetivando o fim do impasse.

Em seguida, pretende o movimento, du-

rante a semana, mobilizar a Ordem dos Advogados do Brasil, a Câmara dos Vereadores de Curitiba e a Assembléia Legislativa, para que votem uma moção e encaminhem aos Ministros do Supremo Tribunal Federal no sentido de decidirem com a máxima urgência os processos protagonizados pelo Executivo e Judiciário do Paraná.

Segundo a mesma Coordenação do Movimento, não há qualquer razão para a demora no julgamento pelo STF. A matéria não depende de ouvir testemunhas, depoimentos pessoais, provas periciais ou outras, trata-se de questão unicamente de direito e merece imediato julgamento sem mais delongas.

Tanto o Executivo quanto o Judiciário do Paraná aceitarão a decisão do STF., e cumprirão regimento o teor ou os mandamentos sentenciados do Supremo, o problema está na demora da decisão. Entende, o Movimento, que o Paraná, como importante Unidade da Federação, tem o direito de pedir do STF, que este processo não seja tratado apenas como mais um, e que a matéria, pela sua relevância (cada dia que passa o prejuízo patrimonial e moral aumenta no Estado) os Ministros deveriam se reunir especialmente a Dizer o Direito, Bater o Martelo Soberanamente, sem mais delongas.

Enfim, para o Movimento "SOS. Advogados do Paraná" o problema está mais na demora do julgamento pelo STF, que a própria matéria em julgamento.

Abraços.

Marillane P. Olkovicz

MOVIMENTO "SOS ADVOGADOS DO PARANÁ"

Postulados:

1) Devem os representantes dos poderes trilhar novamente os caminhos da cordialidade e do diálogo; daí o apelo de nós advogados para que o supremo decida com a maior brevidade possível este impasse Político-Jurídico;

2) A justiça é muito importante para um povo; daí o apelo de nós advogados para que o supremo decida com a maior brevidade possível este impasse político-jurídico;

3) Ou Montesquieu, ao instituir a tripartição dos poderes, estava errado, ou nós não estamos sendo hábeis o suficiente para colocar em prática seus postulados; daí o apelo de nós advogados para que o supremo decida com a maior brevidade possível este impasse político-jurídico;

4) O lado "Povo" tem de ser enxergado; é ele o destinatário de todo serviço público, daí o apelo de nós advogados para que o supremo decida com a maior brevidade possível este impasse político-jurídico;

5) As tensões devem ser absorvidas; os protagonistas deste impasse são dotados do

mais alto espírito público, não se justificando o atual quadro; daí o apelo de nós advogados para que o supremo decida com a maior brevidade possível este impasse político-jurídico.

6) A palavra advogado nos é tão sagrada quanto a palavra juiz o é para os integrantes da magistratura; daí o apelo de nós advogados para que o supremo decida com a maior brevidade possível este impasse político-jurídico;

7) Para nós advogados, os três poderes devem funcionar de maneira harmônica, independentes entre si, como se fossem três cordas de um mesmo violino, harmonizadas entre si; daí o apelo de nós advogados para que o supremo decida com a maior brevidade possível este impasse político-jurídico;

8) A sociedade paranaense não suporta mais presenciar esta dura troca de argumentos entre os poderes do Estado do Paraná - ora, se as altas partes já procuraram o Supremo Tribunal Federal, devemos apelar para que a decisão venha a galope, fazendo cessar o impasse a que estamos submetidos; daí o apelo de nós advogados para que o supremo decida com a maior brevidade possível este impasse político-jurídico.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 28 DE JUNHO DE 1993.

"Pronunciamento do Doutor Francisco Cunha Pereira Filho, proferido por ocasião de entrega do Prêmio AECIC de 1992".

Senhores, meus amigos.

Antes do meu sincero e comovido agradecimento por esta notável homenagem, permitam que aproveitando a minha presença neste auditório raro e qualificado pela competência e discernimento dos que compõem esta verdadeira assembléia da AECIC, possa fazer algumas considerações que me parecem oportunas e de razoável urgência.

Elementos reais vêm se acumulando para que nosso país prospere: crescimento recorde do PIB com taxa de 4,36%, a maior registrada no primeiro trimestre desde 1980, apontando para um resultado positivo em 1993. O IBGE constatou um crescimento de 5,8% no semestre de outubro de 1982 a março de 93.

Contamos com um Produto Interno Bruto de 790 bilhões de dólares e não apenas de 450 bilhões, conforme avaliação feita pelo novo critério do F.M.I.

Tivemos uma produção agrícola ascendente este ano, com uma safra de grãos notável e preços internacionais altamente

Possuímos reservas cambiais de 25 bilhões de dólares. Assistimos no último mês de maio a um recorde de produção de automotores, com 129.069 unidades produzidas e no mês de junho o ritmo tem aumentado.

Uma retomada de investimentos de capital nacional e estrangeiro já é sentida em quase todas as atividades e autoridades financeiras nos informam que está equacionado o acordo da dívida externa com o Club de Paris e com os banqueiros privados.

Procurei trazer este elenco de fatos importantes e positivos para assinalar que com toda certeza um programa de austeridade, como promete o ministro Fernando Henrique Cardoso, nos levará a vencer a terrível situação que enfrentamos de mais de 30% de inflação ao mês e permitirá também eliminar os dolorosos bolsões de pobreza, com uma melhor distribuição de renda dentro de espírito social do presidente Itamar Franco, com a prometida criação estimulante de novos empregos.

São argumentos reais e positivos que nos permitem este tom de esperança e otimismo que desejo transmitir, neste momento feliz, convencido como todos, estretanto, que só a união e o trabalho dos brasileiros, e não apenas do governo, permitirão os índices de prosperidade e paz social que tanto almejamos.

Feitas estas observações, que espero tenham o dom de elevar ainda mais ânimo deste grupo legítimo de heróis do trabalho, do dinamismo e da competência que são os membros desta vitoriosa Associação das Empresas da Cidade de Curitiba, quero agradecer a homenagem que profundamente me tocou.

O momento deste almoço no Graciosa Country Club é de emoção para mim.

Quando trabalhamos intensamente numa luta feroz de todo dia e de noite, quer no jornal, quer na televisão ou no rádio, não esquecendo que além da finalidade do lucro há o interesse maior da comunidade, e assistimos depois este trabalho reconhecido unanimemente por empresários destacados e vitoriosos de uma instituição como esta AECIC - que tem sido parcimoniosa e cautelosa mesmo em suas premiações anteriores - esta emoção cresce e quase nos sufoca. Lembramo-nos então dos que conosco colaboraram e colaboram, principalmente nossa família e nossos auxiliares, que hoje são quase 2.000 mil no Paraná todo e com quem desejamos compartilhar este expressivo galardão.

Estejam certos, senhores da AECIC, que este prêmio distribuído anualmente é um forte estímulo e um competente balizador para todos, norteando-nos a fim de que nossas ações sejam melhores e mais eficientes, pois, o presidente, diretores,

conselheiros e empresários da Cidade Industrial de Curitiba, aí estão atentos, cobrando-nos com suas críticas quando erramos ou não somos competentes, mas premiando com plena independência, liberdade, e com generosidade até, quando vislumbram algum resultado positivo em nosso trabalho.

Mais uma vez, pois, digo obrigado pela generosidade do prêmio Personalidade AECIC 1992 - concedido por uma unanimidade que muito me honrou e comoveu.

Muito obrigado.

Mas, senhores, não posso deixar de aproveitar mais um pouco esta rara oportunidade de ser ouvido por líderes expressivos como os que se reúnem hoje aqui nesta solenidade.

Após campanhas árduas em que estivemos empenhados e vejo aqui expressivos companheiros de lutas, como conservação do solo, apoio total à exploração de xisto de São Mateus, alfabetização, ampliação da Biblioteca Pública já autorizada, construção do Centro de Convenções, instalação do Centro de Tecnologia Metal-Mecânica no acordo Brasil e Japão, criação de um pólo avançado de informática transformado hoje no CITPAR, construção da 2.ª linha de estrada de ferro Curitiba-Paranaguá ainda não vitoriosa mas fundamental, reparação dos danos causados por alagamentos para construção de hidrelétricas, presença de paranaenses nas grandes decisões nacionais, inteligência, integridade e cultura de nossa terra aproveitados nos Tribunais Superiores do País, nos empenhamos mais agora como veículo de comunicação social em novas lutas, que consideramos graves, urgentes e de suma importância: o combate à idéia esdrúxula do separatismo; a batalha que iniciamos há mais de três anos, imensurável e difícil contra a miséria; e uma campanha de estímulo à criação de mais de novos empregos, nos moldes aliás que já fizeram exemplarmente os dinâmicos empresários da Cidade Industrial que precisa entretanto ser imitada e ampliada.

Após o episódio do fracassado projeto do Estado do Iguazu, quando maus brasileiros ou inocentes úteis queriam dividir o Paraná e Santa Catarina, transformando nossos pujantes territórios em dois estados inviáveis por todas as razões, tomando-nos áreas fertilíssimas, roubando nossas fronteiras com o Paraguai e Argentina, tirando-nos o Rio Paraná e Iguazu em grande parte de sua extensão, privando-nos ainda das Cataratas do Iguazu e da monumental ITAIPU, assistimos entristecidos, recentemente a quase demência de tentativa da volta ao tema vencido e mais recente ainda a idéia profundamente impatriótica e repugnante do separatismo afastando o Sul do resto do País.

O milagre brasileiro, o milagre deste país continente, é exatamente a sua unidade. Desde a descoberta em 1.500 até os dias atuais, a luta de nossos antepassados foi pela unidade territorial, unidade cultural, de língua, de sentimento e de amor à Pátria comum e não pode agora ser vencida por falsos líderes, figuras inespressivas, data vênias dos que pensam em contrário, verdadeiros pigmeus da nacionalidade. Nós, brasileiros do Sul, já fizemos integrar em nosso patrimônio pessoal o dinamismo e patriotismo de São Paulo, os encantos, a prodigiosa natureza e a criatividade do Rio de Janeiro, com o petróleo da Bacia de Campos e as usinas de Angra dos Reis, a riqueza do Rio São Francisco e suas hidrelétricas e o sucesso da irrigação no Nordeste, a nossa moderna capital Brasília, o Pantanal, a pujante riqueza da exuberante Amazônia. Não podemos admitir que idéias absurdas, e criminosas até, pretendam nos privar deste patrimônio que herdamos de nossos antepassados, e temos o dever de defender e transmitir íntegro a nossos filhos, netos e gerações futuras. A vigilância permanente e a repulsa a estes movimentos são atos de mais puro patriotismo.

A verdadeira cidadania nos fez compreender que aqui no Sul o nosso patrimônio inclui toda a fabulosa parcela do Sudeste, Centroeste, Norte e Nordeste. Naquelas regiões, nossos irmãos de todo o Brasil também se inflamam quando ouvem a alucinada campanha divisionista e também defendem com o mesmo ardor o sentimento de cidadania que lhes faz incorporar como patrimônio seus todas as riquezas do Sul, como a poderosa industrialização de São Paulo, a fertilidade das ubérrimas terras roxas e vermelhas paranaenses, o espírito industrial e progressista de Santa Catarina e o patriotismo, trabalho e tradição de nossos irmãos do Rio Grande do Sul.

Mais uma vez repetimos: essas idéias separatistas são ervas daninhas que não podemos deixar vicejar, pois contêm um profundo princípio mau e destruidor, que pode causar danos irreparáveis no futuro, levando até irmãos contra irmãos em uma guerra terrível e fratricida, como as que assistimos em países ditos civilizados do primeiro mundo.

Estejamos pois alertas e vigilantes contra aqueles que não têm vínculos com o passado e menos ainda com o futuro e procuram trazer argumentos solertes e perigosos, que podem atingir em cheio nossas profundas raízes de unidade nacional. É dever herdado de nossos antepassados heróicos manter intacto o gigantesco e notável território continental que recebemos.

Felizmente a Constituição Federal não permite e pune mesmo movimentos separatistas

como atos criminosos, mas é indispensável que todos estejam atentos e vigilantes para que nenhuma manobra insidiosa possa vir dividir este território gigantesco, riquíssimo e que é nosso.

Examinemos agora a luta contra a miséria. É impossível que qualquer um de nós tenha tranquilidade neste farto almoço ou em qualquer outra refeição do nosso dia-a-dia sabendo que muito próximo há um semelhante na miséria, passando fome total, doença, frio e desemprego. O coração mais insensível se dobra e chora ao ver o drama da miséria e da fome. Velhos sem trabalho ou aposentadoria, com frio, fome e doença se constituem em espetáculo doloroso; e criança abandonada, sem roupa e com fome e frio, é um espetáculo tão ou mais doloroso quanto o de um jovem desesperado ou de um chefe de família desesperado e também sem emprego. E estes fatos cotidianos se constituem atualmente no drama mais terrível de nossa geração. A pobreza ainda é suportável, é uma condição perversa da vida humana, mas não é fatal.

Porém a miséria é uma maldade contra a natureza humana, ou como dizia D. Hélder Câmara, com toda propriedade: "Sob um ponto de vista cristão, a miséria é uma grave ofensa contra o Criador..." E o Arcebispo de Olinda e Recife já afirmava, também com vigor: "É necessário que todos, mas TODOS, com letras maiúsculas se empenhem contra a miséria". E acrescentava ele: "Se todos os homens, mulheres, soldados, religiosos, governos, cada habitante de rua, do quarteirão ou praça conseguirem matar a fome de um semelhante, a imagem lúgubre da miséria estará enterrada até o ano 2.000."

Já na década de 80, a Gazeta do Povo e a Rede Paranaense de Televisão iniciaram campanha mobilizando os empresários para que, num esforço por reduzir a pobreza, abrissem em suas empresas apenas mais uma vaga, dando emprego assim a pelo menos mais um desempregado.

Há mais de dois anos, diante do índice assustador do crescimento da miséria, a sociedade paranaense também se mobilizou através de alerta da Gazeta do Povo, criando-se naquele momento o primeiro comitê contra a fome no Brasil.

É uma visão, é um projeto generoso que já começou a se transformar em realidade, graças também ao trabalho do sociólogo Herbert de Souza - Betinho, coordenador do Programa Nacional Contra a Fome - numa ação de cidadania contra a miséria e pela vida. É uma preocupação também agora do presidente da República que acabou de criar o Conselho de Segurança Alimentar - COSEA - integrado por cinco ministros, além das autoridades estaduais e municipais.

Mas, senhores, aqui em Curitiba repe-

tindo, há mais de dois anos se faz uma distribuição exemplar de alimentos e de um sopão aos famintos, por iniciativa corajosa de um grupo que se reuniu na Federação do Comércio em maio de 1991, com a presença de líderes sociais do Paraná, religiosos de diversas igrejas, autoridades e representantes de instituições diversas, atendendo a convocação da Gazeta do Povo e com o apoio decidido do Presidente da Federação do Comércio do Paraná, Rubens Brustolin, e mais tarde também da Prefeitura e governo do Estado.

Entretanto há ainda muita fome, há muita miséria, há muito desemprego. É preciso que voltemos muitas vezes ao tema para atingir todas as classes e principalmente parte de nossas elites que, não raras vezes alienada, não se apercebeu ainda da gravidade do fato.

Parece oportuno fazer um apelo para que todos passemos a meditar seriamente sobre o grave tema. Para que levemos a todas as classes, principalmente às mais ricas e as mais poderosas a idéia de que: "A Miséria Tem Que Ser Considerada Um Escândalo", e a salvação é a parceria compenetrada de toda a comunidade num gigantesco esforço.

Acreditando no empenho e trabalho de todos, imagino que o Paraná poderá ser um dos primeiros estados a entrar no ano 2.000, na passagem do terceiro milênio, vendo vencida em nossa terra esta dolorosa e perversa realidade cruel, que já é um escândalo nacional.

Terminaria tentando profetizar que na virada do milênio, quando muita coisa estranha e milagrosa pode acontecer, se todos trabalharmos juntos e empolgados, poderemos ver o Brasil como o país de progresso e de paz; sem divisionismo, sem desemprego e sem o terrível e doloroso escândalo da miséria.

São idéias que, sem qualquer outra pretensão, quis passar à meditação de todos, aproveitando esta rara oportunidade, quando vejo aqui presentes quase todos os companheiros de grandes jornadas e de grandes vitórias anteriores.

Finalmente, feliz e honrado com o prêmio ora recebido, mais uma vez, o meu muito obrigado.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO DIRCEU MANFRINATO EM SESSÃO DO DIA 28 DE JUNHO.

"A Verdade sobre o SUS do Paraná"

"A leviandade e a emoção,
Tal qual a pluma, devanecem!
O tempo, impassível, depura e filtra...
A razão surge soberana e com ela a

verdade.

Apenas, a razão e a verdade prevalecem!"

O Paraná viveu no Governo Álvaro Dias, no setor saúde, o maior programa de investimentos de sua história. Deixamos mais de 800 obras inauguradas, outras tantas em andamento entre postos e centros de saúde, clínicas odontológicas; aparelhos de raio-X, laboratórios de análises clínicas; hospitais municipais, hospitais regionais, hemocentros, e regionais de saúde; recuperação da frota de veículos (ambulâncias, caminhões e veículos de apoio às atividades de vigilância epidemiológica e sanitária), reequipamento e reforma de unidades assistenciais próprias do estado, INAMPS e de municípios, algumas sem manutenção há mais de 50 anos; a definição pioneira de política de sangue e derivados, elementos radioativos, alimentos e medicamentos, com edição de normas técnicas que são modelo para o Brasil. Criamos uma política eficiente de apoio aos recursos humanos.

É do conhecimento dos paranaenses - e os efeitos são palpáveis entre a população - a política que implantamos para edificação de módulos sanitários mínimos, com programa educativo de cuidados gerais e de higiene corporal e domiciliar. Esse programa construiu 27.500 unidades (carinhosamente apelidadas de "privadinhas do Delcino") em mais de uma centena de municípios do Paraná. Demos um golpe mortal em graves endemias.

Criamos um modelo assistencial, com a regionalização e hierarquização dos serviços de saúde, totalmente descentralizado. Implantamos o sistema estadual de controle e avaliação de serviços de saúde com tenaz combate à fraude e à sangria dos recursos do setor.

No combate à fraude e à sangria fomos implacáveis: auditorias internas, prisões administrativas de funcionários corruptos e até, pioneiramente, de um empresário, que tinha o mau hábito de, em conlúio com uma quadrilha dentro da Secretaria, vender mercadorias, receber o pagamento e entregar um "vale mercadorias" em lugar do produto vendido em condições de urgência.

Implantamos, também pioneiramente, apesar de memorável resistência, a estadualização e até a municipalização do INAMPS. Enfim, acumulamos inimigos que não nos perdoam.

Nossa gestão foi transparente, em co-gestão com a comunidade, através da participação da Comissão Interinstitucional de Saúde que se reunia mensalmente acompanhando todas as ações com representantes da Universidade Federal, dos Ministérios da Previdência Social, da Saúde, do Trabalho, Secretaria Estadual da Saúde e comunidades organizadas (CUT, Federação da In-

dústria, do Comércio, da Agricultura, Federação dos Trabalhadores Rurais entre outras) e entidades médico-hospitalares.

Graças a isso, todas as atividades da Secretaria e do SUDS foram públicas e, algumas vezes, intencionalmente deturpadas pela mente delirante de oportunistas como o ex-presidente da Associação Médica do Paraná, José Elias Aiex Neto. Em função de suas denúncias tivemos uma CPI, concluída com base em muitos depoimentos e fundamentalmente apoiada em auditoria minuciosa e detalhada, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná que dissipou todas as dúvidas levantadas.

Os temas que compuseram a CPI, como aplicações indevidas e prestações de contas tecnicamente consideradas insatisfatórias pelo INAMPS fizeram com que o Tribunal de Contas da União fosse acionado em todo o Brasil.

No Paraná foram auditadas, por aquele órgão fiscalizador da União, todas as contas dos convênios SUDS da Secretaria Estadual da Saúde e Fundação Caetano Munhoz da Rocha, dos anos 87, 88 e 90. Os diversos questionamentos técnicos, depois das defesas por nós apresentadas e da complementação da legislação do Sistema Único de Saúde, foram todos resolvidos satisfatoriamente, conforme decisão unânime da Sessão de 10/02/92 do TCU que expediu Certidão Negativa em relação a todo o período de nossa gestão.

O assunto estaria encerrado em definitivo não fossem os pronunciamentos sucessivos do Deputado Estadual do Paraná Doutor Rosinha que, irresponsável e criminosamente, vestiu roupa nova em fatos antigos e solucionados, divulgando relatórios emocionais de auditorias tendenciosas e questionáveis administrativa e judicialmente, pois são frontalmente contrários às resoluções da Direção-Geral do INAMPS e do Tribunal de Contas da União.

Cabe, no entanto, analisar por que tais fatos ressurgem?

Pelo lado do INAMPS, devido à emocionalidade condenável, porém compreensível, na luta inglória contra a própria extinção.

Pelo lado do Senhor Rosinha, porque, não tendo a capacidade para empreender ações progressistas e úteis para a sociedade, agarra-se em qualquer coisa que lhe possa emprestar um pouco de luz, mesmo que isto signifique ser instrumento a favor de interesses contrariados e altamente prejudiciais ao Estado e ao País. A este senhor vai um alerta! Comportamento idêntico levou o Senhor Aiex a amargar uma votação medíocre para Deputado Estadual em 1990 e a uma condenação judicial que lhe cassou o privilégio de réu primário.

Onde estará a verdade?

1) No julgamento das auditorias realizadas em nossa gestão pelos Tribunais de Contas do Paraná e da União?

2) No julgamento da CPI (sobre nossa gestão) concluída pela Assembleia Legislativa que decidiu pela ausência de ilícitos ou quaisquer ações lesivas à administração pública?

3) Na Justiça do Paraná que, em uma das várias ações criminais em andamento contra Aiex Neto, o condenou à pena de prisão?

4) Ou a verdade estará com o Deputado oportunista e caluniador, que, embasado em informações extemporâneas do INAMPS do Paraná, hoje já extinto de fato, teima em justificar sua existência?

O Senhor Rosinha, por várias vezes, difamou-me na Assembleia Legislativa. A meu pedido, os parlamentares estaduais promoveram uma Sessão de Audiência Pública. Com bastante antecedência, recebi o convite, aceitei e compareci para expor e debater as levandades do difamante que acovardou-se e não compareceu ao trabalho naquele dia. Ele teria ido a Brasília para fugir ao debate público na Casa do Povo do Paraná. No dia seguinte produziu novo material sobre o mesmo tema, tentando confundir a opinião pública.

Recentemente fui convidado pelo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Presidente do Conselho Estadual da Saúde do Paraná para, em reunião ordinária daquela órgão colegiado, expor e debater um tema nacional de minha escolha. Defino o tema: ORDENS DE RESTITUIÇÃO DO INAMPS CONTRA AS SECRETARIAS ESTADUAIS DA SAÚDE. Essas OR's compõem a espinha dorsal das acusações do Deputado. Portanto, o Senhor Rosinha tem a oportunidade de redimir-se perante a opinião pública do Paraná comparecendo no dia e local a ser definido pelo titular daquela pasta.

A última e definitiva oportunidade, esta compulsória, será oferecida na Justiça do Paraná. Entrei com ação criminal e indenizatória contra este senhor leviano e irresponsável.

A levandade e a emoção, tal qual a pluma, devanecem! O tempo, impassível, depura e filtra... a razão surge soberana e com ela, a verdade. Apenas, a razão e a verdade prevalecem!

Brasília, em 17.06.93.

(a) DELCINO TAVARES

Deputado Federal - PP/Paraná

Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta da Resolução n° 64, de 17 de setembro de 1990, deste Poder,

RESOLVE:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 211/93

Art. 1º - Conceder aos servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, reajuste em seus vencimentos, a partir de 1º de maio de 1993, conforme especifica:

I - Trinta e três por cento (33%), aos servidores Efetivos, Inativos, C.L.T., Regime Jurídico Único, bem como as pensões pagas por este Poder, a qualquer título;

Art. 2º - Ficam reajustados em vinte e oito por cento (28%):

I - Os cargos em Comissão;

II - Os valores das gratificações de representação de gabinete;

III - O valor da gratificação de produtividade.

Art. 3º - O valor do salário-família, por dependente legal, fica fixado em Cr\$ 51.200,00 (CINQUENTA E UM MIL E DUZENTOS CRUZEIROS);

Art. 4º - O vencimento básico do Procurador deste Poder, fica fixado em Cr\$ 28.748.266,75 (VINTE E OITO MILHÕES, SETECENTOS E QUARENTA E OITO MIL, DUZENTOS E SESSENTA E SEIS CRUZEIROS E SETENTA E CINCO CENTAVOS);

Art. 5º - O limite a ser pago, a qualquer título aos servidores desta Assembleia, não poderá ultrapassar a remuneração de Secretário de Estado, acrescido de 35% (Trinta e cinco por cento);

Art. 6º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 1993, revogadas as disposições em contrário.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 213/93

prover, ADRIANO KAVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Nelson Garcia, a partir de 1º de maio de 1993.

Palácio "XIX de Dezembro", em 27.05.93.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 214/93

I - exonerar, a pedido, VALENTIN DARCIN, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de junho de 1993;

II - prover, EDSON BRAZ MASTELARI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Orlando Pessuti, a partir de 1º de junho de 1993.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 215/93

I - exonerar, a pedido, ROSANE VERA-NEIO, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Presidência, a partir de 1º de junho de 1993;

II - prover, AILTON FUCILINI QUINTANA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete da Presidência, a partir de 1º de junho de 1993;

III - autorizar AILTON FUCILINI QUINTANA, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de junho de 1993, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 216/93

I - exonerar, a pedido, KELIN FABIANE SOARES DOS REIS, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Ademar Luiz Traiano, a partir de 1º de junho de 1993;

II - exonerar, a pedido, CLEOMAR FÁTIMA PIMENTEL, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Ademar Luiz Traiano, a partir de 1º de junho de 1993;

III - prover, ALCIONE ADAURI SASSO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Ademar Luiz Traiano, a partir de 1º de junho de 1993;

IV - prover, MARISTELA LUCI SALVADOR SOARES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Ademar Luiz Traiano, a partir de 1º de junho de 1993.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 217/93

I - exonerar, a pedido, AMAURY SÉRGIO SANTORO FELIPE, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Basílio Zanusso, a partir de 1º de junho de 1993;

II - prover, AMAURY SÉRGIO SANTORO FELIPE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Basílio Zanusso, a partir de 1º de junho de 1993;

III - exonerar, a pedido, IRENE FERREIRA BRANCO, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Basílio Zanusso, a partir de 1º de junho de 1993;

IV - prover, IRENE FERREIRA BRANCO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Basílio Zanusso, a partir de 1º de junho de 1993;

V - prover, JOSÉ CARLOS PEREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Basílio Zanusso, a partir de 1º de junho de 1993.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 218/93

I - exonerar, a pedido, ADIR DE ARAÚJO MILANI, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Cleiton Kiélse Bordini Crisóstomo, a partir de 1º de junho de 1993;

II - prover, AGERTINO MILANI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Cleiton Kiélse Bordini Crisóstomo, a partir de 1º de junho de 1993.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 219/93

I - exonerar, a pedido, EVÂNIA MARIA

MARTINS, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Afonso Júnior, a partir de 1º de junho de 1993;

II - prover, MIGUEL JORGE CHUERI FILHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Afonso Júnior, a partir de 1º de junho de 1993.

(Protoc. nº 4547)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 220/93

I - exonerar, a pedido, ISMAEL BATISTA DE LIMA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PTB, a partir de 1º de junho de 1993;

II - exonerar, a pedido, ELIZETE KERTISCHKA BATISTA DE LIMA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PTB, a partir de 1º de junho de 1993.

(Protoc. nº 4996)

Palácio "XIX de Dezembro", em 01.06.93.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 221/93

I - exonerar, a pedido, WALTER ROBERTO KLOTH, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Dalton Machuca, a partir de 1º de junho de 1993;

II - prover, JOSÉ ALGUSTO CARNEIRO ANDRADE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Dalton Machuca, a partir de 1º de junho de 1993;

III - autorizar JOSÉ AUGUSTO CARNEIRO ANDRADE, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de junho de 1993, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Protoc. nº 5166)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 222/93

I - exonerar, a pedido, ALESSANDRA PEREIRA VALONI, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Domingos Faustino de Carvalho, a partir de 1º de junho de 1993;

II - prover, ALESSANDRA PEREIRA VALONI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Domingos Faustino de Carvalho, a partir de 1º de junho de 1993;

III - prover, AMAURI MOREIRA DE SOUZA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Domingos Faustino de Carvalho, a partir de 1º de junho de 1993;

IV - prover, JOSÉ FRANCISCO RIBAS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Domingos Faustino de Carvalho, a partir de 1º de junho de 1993;

(Protoc. nº 5170)

Palácio "XIX de Dezembro", em 03.06.93.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 223/93
prover, JOSÉ CARLOS CORREIA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PTB, a partir de 1º de junho de 1993.

(Protoc. nº 5214)

Palácio "XIX de Dezembro", em 04.06.93.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 224/93

I - exonerar, a pedido, PEDRO PAULO BUENO DOS SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Taquigrafia, da Diretoria Legislativa, a partir de 05 de junho de 1993;

II - exonerar, a pedido, MARIA DE LOURDES GOMIDE MAFRA MAGALHÃES, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Adjunta de Taquigrafia, da Diretoria Legislativa, a partir de 05 de junho de 1993;

III - prover, MARIA DE LOURDES GOMIDE MAFRA MAGALHÃES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora da Coordenadoria de Taquigrafia, da Diretoria Legislativa, a partir de 05 de junho de 1993;

IV - autorizar MARIA DE LOURDES GOMIDE MAFRA MAGALHÃES, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 05 de junho de 1993, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

V - prover, ODETE MULLER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenadora Adjunta da Coordenadoria de Taquigrafia, da Diretoria Legislativa, a partir de 05 de junho de 1993;

VI - autorizar ODETE MULLER, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 05 de junho de 1993, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Protoc. nº 4540)

Palácio "XIX de Dezembro", em 05.06.93.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 225/93

I - exonerar, a pedido, ELENIR DO RÓCIO RAUSIS STADNICK, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, a partir de 1º de junho de 1993;

II - prover, RAFAEL STADNICK, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, a partir de 1º de junho de 1993;

(Protoc. nº 5309)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 226/93

I - exonerar, a pedido, PAULO ROBERTO ALBERTI, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos

Martins, a partir de 1º de junho de 1993;

II - prover, PAULO ROBERTO ALBERTI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Martins, a partir de 1º de junho de 1993;

III - prover, BIRATÁ HIGINO ALMEIDA GIACOMONI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Martins, a partir de 1º de junho de 1993;

IV - prover, RONALDO LOPES GARCIA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Carlos Martins, a partir de 1º de junho de 1993.

(Protoc. n° 5328)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 227/93
prover, IZAURA DOS SANTOS MACHADO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PTB, a partir de 1º de junho de 1993.

(Protoc. n° 5330)

Palácio "XIX de Dezembro", em 08.06.93.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 228/93

I - exonerar, a pedido, JOÃO HENRIQUE DE CAMARGO BELTRÃO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Paulo Maia, a partir de 1º de junho de 1993;

II - prover, LARIESDA SFAIR, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Paulo Maia, a partir de 1º de junho de 1993.

(Protoc. n° 5407)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 229/93

I - exonerar, a pedido, ELI RAINEKI DE SOUZA, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Florisvaldo Fier, a partir de 1º de junho de 1993;

II - prover, ELI RAINEKI DE SOUZA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Florisvaldo Fier, a partir de 1º de junho de 1993;

III - prover, CÉLIO MARTINS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Florisvaldo Fier, a partir de 1º de junho de 1993;

(Protoc. n° 5411)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 230/93

I - exonerar, a pedido, NÉLIO ACIR REICHEL, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, a partir de 1º de junho de 1993;

II - prover, EDDE ELOISA GALVÃO DE CAMARGO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, a partir de 1º de junho de 1993;

III - exonerar, a pedido, JAQUES MÁRIO BRAND, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, a partir de 1º de junho de 1993;

IV - prover, JAQUES MÁRIO BRAND, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, a partir de 1º de junho de 1993.

(Protoc. n° 5444)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 231/93

I - exonerar, a pedido, LÚCIA APARECIDA CAVALARI, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de junho de 1993;

II - exonerar, a pedido, JOSÉ ROBERTO GRANDIZOLI LIMA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de junho de 1993;

III - prover, MARIA DO RÓCIO KLINGELFUS SILVÉRIO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Geraldo Cartário, a partir de 1º de junho de 1993.

(Protoc. n° 5416)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 232/93

I - exonerar, a pedido, NILSON RIMOLI, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do Partido Progressista - P.P., a partir de 1º de junho de 1993;

II - prover, MARCELO HENRIQUE RIBEIRO DOS REIS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Partido Progressista - P.P., a partir de 1º de junho de 1993.

(Protoc. n° 5471)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 233/93

I - exonerar, a pedido, VERA MARTHA GUIMARÃES ARANTES, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antônio Setti, a partir de 1º de junho de 1993;

II - prover, ARI VALDIR NELES DA SILVA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antônio Setti, a partir de 1º de junho de 1993.

(Protoc. n° 5489)

Palácio "XIX de Dezembro", em 09.06.93.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 234/93

I - exonerar, a pedido, ROSEMARIE RESENDE GONÇALVES GRODZKI, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antônio Setti, a partir de 1º de junho de 1993;

II - exonerar, a pedido, CRISTIANE SANTOS DE MELLO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antônio Setti, a partir de 1º de junho de 1993;

III - prover, CRISTIANE SANTOS DE MELLO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Luiz Antônio Setti, a partir de 1º de junho de 1993;

(Protoc. n° 5551)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 235/93

I - exonerar, a pedido, TEREZINHA PIRES DE ALMEIDA BARBEDO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1° de junho de 1993;

II - prover JÚLIA ZADRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1° de junho de 1993.

(Protoc. n° 5623)

Palácio "XIX de Dezembro", em 14.06.93.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 236/93

I - exonerar, a pedido, MARCOLINA BISCAIA FERREIRA DAS CHAGAS, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 1° de junho de 1993;

II - prover, ARNALDA MELLO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 1° de junho de 1993.

(Protoc. n° 5639)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 237/93

I - exonerar, a pedido, GERALDO ALVES DA COSTA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1° de junho de 1993;

II - prover, LUIZ GUSTAVO TAVARES, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do Governo, a partir de 1° de junho de 1993.

Curitiba, segunda, em 28.06.93

(Protoc. n° 5640)

Palácio "XIX de Dezembro", em 15.06.93.

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente

ANIBAL KHURY - 1° Secretário

DIRCEU MANFRINATO - 2° Secretário

Atos da Diretoria Geral:

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

RESOLVE:

PORTARIA N° 041/93

conceder, a Eduardo E. de Souza Leitão, funcionário deste Poder Legislativo, quinze (15) dias de licença, para tratamento de saúde, a partir de 28 de abril do corrente ano, (Laudo Médico n° 007/93).

(Protoc. n° 3972)

PORTARIA N° 042-93

determinar à Diretoria de Pessoal, a exclusão do desconto do Imposto de Renda retido na fonte, dos proventos de inatividade de Antonio Alves de Oliveira Neto, matrícula n° 094, funcionário inativo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, aposentado pelo Decreto Legislativo n° 177/82, de 13 de agosto de 1982, nos termos do item 8, letra "i", da Instrução Normativa n° 7, de 16 de janeiro de 1989, da Secretaria da Receita Federal e Artigo n° 6, item XIV, da Lei Federal n° 7713, de 22 de dezembro de 1988.

(Protoc. n° 982/93)

GABINETE DA DIRETORIA GERAL, em 05.06.93.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral